



Anais da Assembléia

D.A. 86

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 03 DE JUNHO DE 1997

ANO XXIII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI
3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI
3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI
4º Secretária - PPB

ANGELO VANHONI
5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado VALDIR ROSSONI
PDT	Deputado WALMOR TRENTINI
PTB	Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI
PMDB	Deputado ORLANDO PESSUTI
PFL	Deputado ELIO RUSCH
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI
PT	Deputado PERICLES H. MELLO
PPB	Deputado AUGUSTINHO ZUCCHI

Representação Partidária

PDT - 11: Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Julio Ando - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Milton Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni - Walmor Trentini; PMDB - 10: Cleiton Kliese - José Durval Amaral - José Tavares - Caio Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PSDB - 09: Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Riche - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Edson Lino - José Maria Ferreira - Ricardo Chab - Sérgio Spediz; PFL - 08: Basílio Zanusso - Élio Rusch - Hidekazu Takayama - Nelson Garcia - Plauto Miró - Rony Borsato; PPB - 08: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duffio Genari - Irondi Pugliesi - João Tachy Filho - Neivo Beraldin; PTB - 06: Ademar Traiano - Anibal Khury - Eduardo Trevisan - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Alborghetti - Marquinhos Alves; PT - 05: Angelo Vanhoni - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PL - 01: Horácio Rodrigues.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
13ª LEGISLATURA
ATA DA 51ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 03 DE JUNHO DE 1997
(TERÇA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Ademar Traiano, Albanor Gomes, Angelo Vanhoni, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Júlio Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles de Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1241

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais e com base nos parágrafos 2º, 3º, 4º e 6º, do Art. 171 e no Art. 233, do Regimento Interno desta Casa de Leis, REQUER, após ouvido o douto Plenário, destaque na tramitação, discussão e votação aos seguintes artigos e incisos de artigos do Projeto de Lei nº 572/96, que dispõe sobre o novo Código de Divisão Judiciária do Estado:

"Art. 8º - ...

VI - 58 Juizes de Direitos Substitutos de Entrância Especial e Entrância Final;

VII - 140 Juizes de Direito de Entrância Intermediária;

VIII - 93 Juizes de Direito de entrância inicial."

"Art. 10 - ...

III - 17. Colorado - 20. Dois Vizinhos - 38. Palotina

IV - 14. Cantagalo - 29. Fazenda Rio Grande - 38. Iretama - 48. Manoel Ribas - 51. Matinhos - 61. Pinhais"

"Art. 11 - ...

43ª - Comarcas de Paranaguá: 1ª e 2ª Varas Cíveis, Antonina, Morretes e Matinhos;

45ª - Comarcas de Paranaíba: 1ª e 2ª Varas Cíveis, Pinhão e Cantagalo;

68ª - Comarcas de Pitanga, Palmital, Cândido de Abreu e Manoel Ribas;

69ª - Comarcas de Campo Mourão, Mamborê, Peabiru e Iretama;

79ª - Comarcas de São José dos Pinhais, Piraquara, Fazenda Rio Grande e Pinhais;"

"Art. 13 - ...

XXVI - Cantagalo: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Goioxim, Pinhalzinho (Município de Goioxim) e Virmond (município do mesmo nome);

XXXV - Chopinzinho: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de São Francisco e São Luiz do Oeste (Município de Chopinzinho), São João, Vila Paraíso (Município de São João), Sulina e Saudade do Iguaçu (município do mesmo nome);

XLVIII - Dois Vizinhos: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Verê, Sede Progresso (Município de Verê), São Jorge D'Oeste

e Doutor Antônio Paranhos (município de São Jorge D'Oeste), Cruzeiro do Iguaçu, Boa Esperança do Iguaçu (municípios do mesmo nome);

LI - Fazenda Rio Grande: compreendendo a sede dos Distritos Judiciários de Mandirituba, Areia Branca dos Assis (Município de Mandirituba) e Agudos do Sul (municípios do mesmo nome);

LXVIII - Iretama: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Roncador e Alto São João (Município de Roncador);

LXXXIV - Manoel Ribas: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Barra de Santa Salete, Nova Tebas e Poema (Município de Nova Tebas);

XC - Matinhos: compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Pontal do Paraná (município do mesmo nome);

CVIII - Pinhais: compreendendo o distrito da sede;"

"Art. 46 - ...

VII - Campo Mourão, Umuarama, Paranavaí, Paranaguá, São José dos Pinhais e Apucarana: 5 (cinco) Juizes de Direito;

VII - Francisco Beltrão, Pato Branco e Toledo: 4 (quatro) Juizes de Direito;

X - Assaí, Assis Chateaubriand, Astorga, Cambé, Capanema, Castro, Colombo, Colorado, Cruzeiro do Oeste, Dois Vizinhos, Goioerê, Guaíra, Ibaiti, Ibiaporã, Irati, Ivaiporã, Jacarezinho, Lapa, Loanda, Marechal Cândido Rondon, Marialva, Medianeira, Nova Esperança, Palmas, Palotina, Piraquara, Pitanga, Porecatu, Rio Branco do Sul, Rolândia, Santo Antonio da Platina e Telêmaco Borba: 2 (dois) Juizes de Direito;"

"Art. 61 - Da Comarca de Colorado."

"Art. 64 - Da Comarca de Dois Vizinhos."

"Art. 84 - Da Comarca de Nova Esperança."

"Art. 86 - Da Comarca de Palotina."

"Art. 87 - Da Comarca de Parana-
guá."

"Art. 90 - Da Comarca de Pinhais."

"Art. 96 - Da Comarca de Santo Antonio da Platina."

"Art. 97 - Da Comarca de São José dos Pinhais."

"Art. 99 - Da Comarca de Toledo."

Sala das Sessões, em 03.06.97.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A motivação do presente Requerimento de destaque na tramitação, discussão e votação de alguns artigos e incisos de artigos do Projeto de Lei nº 572/96, que dispõe sobre o novo Código de Divisão Judiciária, é dar urgência na criação das Comarcas de Cantagalo, Fazenda Rio Grande, Iretama, Manoel Ribas, Matinhos e Pinhais, na elevação das Comarcas de Colorado, Dois Vizinhos e Palotina, na transferência de alguns Distritos e na criação de Varas e de cargos de Juizes para suprir vagas abertas com as criações e elevações das citadas comarcas.

REQUERIMENTO Nº 1235

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada de votação da Proposição nº 077/96, de autoria dos Deputados Irineu Colombo e Eduardo Trevisan, por duas (02) sessões.

Sala das Sessões, em 03.06.97.

(a) IRINEU COLOMBO

REQUERIMENTO Nº 1240

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, arquivamento do Projeto de Lei nº 212/97 de sua autoria, que visa dispor sobre a padronização da cor de veículos para transporte coletivo de estudantes no Estado do Paraná, por ser objeto da Lei nº 11.539.

Sala das Sessões, em 03.06.97.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO Nº 1205

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições re-

gimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos Trabalhos da sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Frei Damião de Bozzano, dia 31 de maio, em Recife - Pernambuco.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada, ao Arcebispo de Olinda e Recife, Dom José Cardoso Sobrinho.

Sala das Sessões, em 03.06.97.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com 98 anos de idade faleceu, em Recife, no dia 31 de maio/97, Frei Damião de Bozzano, depois de passar por cinco dias em coma profundo, com morte cerebral, no Hospital Português.

Frei Damião foi um "verdadeiro Apóstolo", que renunciou a si mesmo para servir ao próximo.

Durante décadas, Frei Damião levou ao brasileiros a mensagem de fé, esperança e solidariedade. Portanto, o Brasil perdeu um homem que dedicou sua vida aos pobres e despossuídos.

Comparado ao milagreiro Padre Cícero, de Juazeiro, Frei Damião de Bozzano se transformou numa lenda viva e era tido como "santo" pela gente humilde do Nordeste brasileiro, região que escolheu para pregar seus sermões e catequizar o povo, desde que desembarcou no Brasil, em 1931, vindo da Itália.

Filho de camponeses, Pio Gianotti - nome de batismo - nasceu no dia 05 de novembro de 1898, na cidade italiana de Bozzano. Aos 12 anos iniciou seus estudos de religião e, aos 16, ingressou na Ordem dos Capuchinhos - terceira dissidência dos franciscanos de tradição missionária e cuja presença no Brasil, data do começo do século 17.

O tempo, que tudo embota, não conseguirá, todavia, apagar a saudade que habita em nossos corações, especialmente da população do Nordeste. A vida exemplar de Frei Damião deixou uma lembrança imorredoura, pois passou, como o Divino Mestre, sobre a terra, fazendo o bem.

Foi o pastor dedicado e amoroso que não conheceu descanso nem repouso, enquanto soube que ali havia uma ovelha necessitando de seu amparo, quer espiritual quer material.

Bendita pois, a memória de Frei Damião, e ao rememorá-la teremos sem-

pre presente a figura do Apóstolo, suas lições e seus exemplos que tão fundo calaram em nossas almas.

Prometermos que nunca haveremos de esquecer de Frei Damião, e que há de ser sempre, para nós, o Conselheiro seguro nas nossas aflições e nas nossas dúvidas.

REQUERIMENTO Nº 1206

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de pesar pelo falecimento de Orlando Costa, ex-Prefeito Municipal de Pitanga - Paraná, gestão 1951 à 1955, ocorrido no último dia 02 de junho do corrente.

Requer ainda, que do presente se dê ciência aos familiares, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Deputado Francisco Costa, 333, Centro, CEP 85200-000, Município de Pitanga - Paraná.

Sala das Sessões, em 03.06.97.

(aa) ORLANDO PESSUTI

RENATO ADUR

REQUERIMENTO Nº 1207

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de pesar pelo falecimento de Sebastião de Oliveira, ocorrido no último dia 29 de maio, em Novo Itacolomi - Paraná.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao filho, Senhor Jesuel de Oliveira, Prefeito Municipal de Novo Itacolomi, e a viúva, Senhora aparecida Rossato de Oliveira, através de correspondência a ser encaminhada à Av. Sete de Setembro, s/n, Centro, CEP 86895-000, Município de Novo Itacolomi - Paraná.

Sala das Sessões, em 03.06.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1215

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado nos Anais desta Casa, voto de pesar pelo falecimento do Vereador Sebastião Oli-

veira, ocorrido no dia 02 de junho de 1997, na Cidade de Diamante D'Oeste, Estado do Paraná.

Requer ainda, seja oficiado a família enlutada, na pessoa da esposa, Vera Lúcia Costa Silveira, à Rua Marechal Castelo Branco, 597, CEP 85896-500, Diamante D'Oeste - PR.

Sala das Sessões, em 03.06.97.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

Lamentavelmente, um fulminante infarto ceifa a vida de um jovem líder comunitário e político. Toda a população consternada chora a perda prematura de Sebastião Silveira, 38 anos, ocorrida ontem, 02 de junho de 1997.

Homem esforçado, corajoso, respeitado e admirado pela sua capacidade de trabalho, modo de ser, de sentir e agir como cidadão responsável e preocupado com tudo que dizia respeito ao bem coletivo e familiar.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, se associa à dor da família enlutada e da população de Diamante D'Oeste, transmitindo suas condolências para a esposa, filhos, pais, parentes, amigos, Prefeitura e Câmara Municipal de Vereadores.

REQUERIMENTO Nº 1216

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, a consignação na Ata dos Trabalhos, de voto de pesar pelo falecimento do Prefeito de Francisco Alves, Cilas de Moraes Pereira, e seus acompanhantes em acidente automobilístico na manhã de hoje: Lúcia de Albuquerque Nascimento, Secretária Municipal de Educação; Presidente da Câmara Municipal de Francisco Alves, Vereador Joaquim Palmeira da Costa, e Vereador de Iporã, José Ademir Dario.

Requer ainda, que a decisão do Plenário seja comunicada aos familiares, à Prefeitura Municipal e às Câmaras Municipais de Francisco Alves e de Iporã.

Sala das Sessões, em 03.06.97.

(a) BETO RICHA

JUSTIFICATIVA:

A morte do Prefeito de Francisco Alves, Cilas de Moraes Pereira, 28 anos, em seu primeiro mandato, representa uma perda irreparável para a

população e para seus amigos mais próximos.

No acidente de carro próximo à Cidade de Telêmaco Borba, faleceram também Joaquim Palmeira da Costa, Presidente da Câmara Municipal de Francisco Alves; a Secretária de Educação Lúcia Albuquerque Nascimento; e o Secretário de Obras, Vereador de Iporã, José Ademir Dario.

REQUERIMENTO Nº 1203

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER a consignação em Ata de um voto de congratulações aos Senhores Cássio Taniguchi, Digníssimo Prefeito do Município de Curitiba; Jairo Moraes Gianotto, Digníssimo Prefeito do Município de Maringá; Senhora Margarita Sansone, Digníssima Presidente da Fundação Cultural de Curitiba e ao Doutor Francisco da Cunha Pereira, Digníssimo Presidente da Rede Paranaense de Televisão, Rede Globo e da "Gazeta do Povo", pelo alcance do programa "Curitiba abraça o Paraná", que leva valores de nossa terra a todo o interior e traz valores paranaenses para Curitiba.

Requer ainda, que do presente se dê ciência às autoridades acima nominadas.

Sala das Sessões, em 03.06.97.

(a) JOEL COIMBRA

REQUERIMENTO Nº 1204

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos Trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao jornal "O Comércio" de União da Vitória, pela passagem do seu 66º aniversário, no próximo dia 11.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Senhor Gilberto Francisco Brittes, Diretor Proprietário daquele semanário para que receba e cumprimente todos os colegas de trabalho em nome do Poder Legislativo paranaense.

Sala das Sessões, em 03.06.97.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O jornal "O Comércio" é uma empresa jornalística fundada pelo saudoso jornalista Herminio Milis. Mantém o comércio ao longo de seus 66 anos, um serviço de qualidade, fruto da visão administrativa de seus dirigentes. Desenvolve trabalho pioneiro principalmente na região de União da Vitória e Porto União, dando cobertura a comunidade de todos os municípios pertencentes à AMSULPAR.

A credibilidade do jornal "O Comércio", é uma prova de que para crescer e ser forte, a receita infalível é: trabalho e competência. Esse semanário que completa 66 anos de existência, como todos os empreendimentos e projetos desenvolvidos, enfrentam crises e desafios em face das próprias condições brasileiras. Muitos não resistiram, ficaram no meio do caminho do tempo, esmagados pelos problemas conjunturais, agravados pelo desânimo e até pela falta de visão administrativa, outros triunfaram, é o caso do jornal "O Comércio".

É indeclinável dever, honrar aqueles que por seus méritos fazem jus a admiração e a gratidão de seus semelhantes.

O jornal é sem dúvida, nos tempos modernos, a maior força que a mão do homem já empunhou. A ele cabe por seus eleitores a par dos acontecimentos sem os deturpar ou alterar. Daí decorre a grande responsabilidade que pesa sobre seus dirigentes e colaboradores.

Não é sem razão que a imprensa é considerada como sentinela vigilante.

É indubitável - segundo o acompanhamento que temos feito ao longo dos anos, o sucesso do jornal "O Comércio" está ligado a abstinada dedicação de seus diretores e assessores, que estiveram sempre presentes em todos os acontecimentos políticos, sociais, empresariais ou econômicos, não apenas para registrar os fatos, mas, principalmente, para dar a eles a versão mais autêntica, interpretando as suas repercussões e as suas consequências no domínio público.

Por isso, é de todo justo este reconhecimento do Poder Legislativo paranaense, como atestado de que o sucesso é fruto do trabalho e da competência.

REQUERIMENTO Nº 1208

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Doutor Ozeil Moura dos Santos, Cônsul do Senegal, alusivos à eleição ao cargo de Presidente da Sociedade Consular do Estado do Paraná, em 30 de maio próximo passado.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Correia Coelho, 280, CEP 80210-350, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 03.06.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1211

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de atender o pedido da Senhora Célia Marcolino, a qual solicita a limpeza das laterais do ponto de ônibus localizado na Rodovia da Uva, Km 1.

Pede ainda providências quanto a colocação de uma cobertura neste ponto, uma vez que os usuários ficam à ação do tempo ao esperarem o ônibus.

Sala das Sessões, em 03.06.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1212

Senhor Presidente.

O Deputado que subcreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Empresa Brasileira de Correio e Telégrafos, no sentido de atender o pedido do Senhor Ademir Santos, morador da Rua Cunha Bueno, 688, Conjunto Diadema II, Cidade Industrial, o qual solicita a implantação do serviço de entrega de correspondências nas residências desse conjunto.

Afirma-nos o Senhor Ademir que reside há 4 (quatro) anos no local, e nunca recebeu uma correspondência em sua residência, o que acha injusto, pois sua rua é denominada e tem CEP número 81450-320. Seu telefone para contato, se necessário, é 247-5686.

Pede o requerente que o pedido seja analisado e atendido o mais breve possível, pois muitas pessoas serão beneficiadas.

Sala das Sessões, em 03.06.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1213

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio da cópia da "Carta do I Encontro de Secretários de Indústria e Comércio das Regiões Oeste e Sudoeste do Paraná", aos Senhores Rafael Greca de Macedo, Chefe da Casa Civil; Nelson Roberto Plácido e Silva Justus, Secretário de Estado da Indústria, Comércio e Desenvolvimento Econômico; e ao Senhor Manoel Garcia Cid, Diretor Presidente do BANESTADO, contendo as reivindicações dos Municípios que intencionam impulsionar o desenvolvimento sócio econômico das regiões envolvidas.

Sala das Sessões, em 03.06.97.

(a) ADEMAR TRILANO

JUSTIFICATIVA:

A finalidade do presente é solicitar o envio da cópia da carta do "I Encontro de Secretário de Indústria e Comércio das Regiões Oeste e Sudoeste do Paraná", para levar assim ao conhecimento dos Senhores Rafael Greca de Macedo, Chefe da Casa Civil; Nelson Roberto Plácido e Silva Justus, Secretário de Estado da Indústria, Comércio e do Desenvolvimento Econômico; e ao Senhor Manoel Garcia Cid, Diretor Presidente do BANESTADO, para que os mesmos tomem conhecimento das reivindicações dos municípios que intencionam impulsionar o desenvolvimento sócio econômico das regiões envolvidas.

Para que isso aconteça, necessitam que essas reivindicações sejam analisadas e conseqüentemente viabilizadas conforme as necessidades.

Neste sentido, contamos com o apoio dos demais Pares para a aprovação do presente Requerimento, fazendo com que assim os municípios pertencentes às regiões acima citadas, possam receber mais este benefício.

REQUERIMENTO Nº 1217

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições re-

gimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Armando Martinho Bardou Raggio, Mui Digno Secretário de Estado da Saúde, solicitando a liberação de equipamentos odontológicos para consultório completo, no Município de Alto Piquiri.

É cada vez mais crescente a carência dessa população quando se trata da saúde. As condições financeiras dificultam o tratamento dentário da comunidade, que conseqüentemente recorre ao serviço odontológico oferecido pelo município. Para que se possa prestar um serviço capaz de atender a demanda, é fundamental que sejam destinados os equipamentos necessários.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Francisco Ferreira de Souza, Prefeito Municipal (Rua Santos Dumont, 315), ao Vereador Venino da Silva Moura Filho, Presidente da Câmara Municipal (Rua Santos Dumont, 317) CEP 87580-000.

Sala das Sessões, em 03.06.97.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1218

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Armando Martinho Bardou Raggio, Mui Digno Secretário de Estado da Saúde, solicitando a liberação de equipamentos odontológicos para consultório completo, no Município de Douradina.

É cada vez mais crescente a carência dessa população quando se trata da saúde. As condições financeiras dificultam o tratamento dentário da comunidade, que conseqüentemente recorre ao serviço odontológico oferecido pelo município. Para que se possa prestar um serviço capaz de atender a demanda, é fundamental que sejam destinados os equipamentos necessários.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor José Gonçalves da Silva, Prefeito Municipal (Av. Rio Branco, 470), ao Vereador Aparecido Balbino da Silva, Presidente da Câmara Municipal (Av. Rio Branco, 320) CEP 87485-000.

Sala das Sessões, em 03.06.97.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1219

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Armando Martinho Bardou Raggio, Mui Digno Secretário de Estado da Saúde, solicitando a liberação de equipamentos odontológicos para consultório completo, no Município de Tapira.

É cada vez mais crescente a carência dessa população quando se trata da saúde. As condições financeiras dificultam o tratamento dentário da comunidade, que conseqüentemente recorre ao serviço odontológico oferecido pelo município. Para que se possa prestar um serviço capaz de atender a demanda, é fundamental que sejam destinados os equipamentos necessários.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Vagner Batista de Souza, Prefeito Municipal (Rua Paranaquá, s/n), ao Vereador Gentil Bertozzo Correa, Presidente da Câmara Municipal (Rua Paranaquá, 518) CEP 87830-000.

Sala das Sessões, em 03.06.97.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1220

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Armando Martinho Bardou Raggio, Mui Digno Secretário de Estado da Saúde, solicitando a liberação de equipamentos odontológicos para consultório completo, no Município de Xambrê.

É cada vez mais crescente a carência dessa população quando se trata da saúde. As condições financeiras dificultam o tratamento dentário da comunidade, que conseqüentemente recorre ao serviço odontológico oferecido pelo município. Para que se possa prestar um serviço capaz de atender a demanda, é fundamental que sejam destinados os equipamentos necessários.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Décio Jardim, Digníssimo Prefeito Municipal (Praça Des. A. F. Costa, 236), ao Vereador Jaime dos Santos Oliveira, Digníssimo Presidente da Câmara Municipal (Rua A. J. Byington, s/n) CEP 87535-000.

Sala das Sessões, em 03.06.97.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1221

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Armando Martinho Bardou Raggio, Mui Digno Secretário de Estado da Saúde, solicitando a destinação de uma ambulância para o Município de Umuarama.

Tal reivindicação baseia-se na necessidade do município contar com um veículo apropriado para o transporte de pessoas com problemas de saúde, que muitas vezes necessitam de auxílio médico-hospitalar em outros centros urbanos, notadamente indivíduos carentes de recursos financeiros.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Fernando Scana-vaca, Prefeito Municipal (Av. Rio Branco, 3717 - CEP 87501-130), ao Vereador Arnaldo Rodrigues da Silva, Presidente da Câmara Municipal (Av. Maringá, 4863 - CEP 87502-080).

Sala das Sessões, em 03.06.97.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1222

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Armando Martinho Bardou Raggio, Mui Digno Secretário de Estado da Saúde, solicitando a destinação de uma ambulância para o Município de Xambrê.

Tal reivindicação baseia-se na necessidade do município contar com um veículo apropriado para o transporte de pessoas com problemas de saúde, que muitas vezes necessitam de auxílio médico-hospitalar em outros centros urbanos, notadamente indivíduos carentes de recursos financeiros.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Décio Jardim, Digníssimo Prefeito Municipal (Praça Des. A. F. Costa, 236), ao Vereador Jaime dos Santos Oliveira, Digníssimo Presidente da Câmara Municipal (Rua A. J. Byington, s/n) CEP 87535-000.

Sala das Sessões, em 03.06.97.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1223

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Armando Martinho Bardou Raggio, Mui Digno Secretário de Estado da Saúde, solicitando a destinação de uma ambulância para o Município de Tapira.

Tal reivindicação baseia-se na necessidade do município contar com um veículo apropriado para o transporte de pessoas com problemas de saúde, que muitas vezes necessitam de auxílio médico-hospitalar em outros centros urbanos, notadamente indivíduos carentes de recursos financeiros.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Vagner Batista de Souza, Prefeito Municipal (Rua Paranaquá, s/n), ao Vereador Gentil Bertozzo Correia, Presidente da Câmara Municipal (Rua Paranaquá, 518) CEP 87830-000.

Sala das Sessões, em 03.06.97.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1224

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Armando Martinho Bardou Raggio, Mui Digno Secretário de Estado da Saúde, solicitando a destinação de uma ambulância para o Município de São Jorge do Patrocínio.

Tal reivindicação baseia-se na necessidade do município contar com um veículo apropriado para o transporte de pessoas com problemas de saúde, que muitas vezes necessitam de auxílio médico-hospitalar em outros centros urbanos, notadamente indivíduos carentes de recursos financeiros.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Cláudio Palozi, Digníssimo Prefeito Municipal (R. Mal. Cândido Rondon, 164), ao Vereador Valdecir Secundo de Melo, Digníssimo Presidente da Câmara Municipal (Av. Dom Manoel, s/n) CEP 87555-000.

Sala das Sessões, em 03.06.97.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1225

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Armando Martinho Bardou Raggio, Mui Digno Secretário de Estado da Saúde, solicitando a destinação de uma ambulância para o Município de Rondon.

Tal reivindicação baseia-se na necessidade do município contar com um veículo apropriado para o transporte de pessoas com problemas de saúde, que muitas vezes necessitam de auxílio médico-hospitalar em outros centros urbanos, notadamente indivíduos carentes de recursos financeiros.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor José Augusto Mossambani, Digníssimo Prefeito Municipal (Praça Mal. Rondon, 337), ao Vereador Nivaldo Cogo, Digníssimo Presidente da Câmara Municipal (Praça Mal. Rondon, 337) CEP 87800-000.

Sala das Sessões, em 03.06.97.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1226

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Armando Martinho Bardou Raggio, Mui Digno Secretário de Estado da Saúde, solicitando a destinação de uma ambulância para o Município de Pérola.

Tal reivindicação baseia-se na necessidade do município contar com um veículo apropriado para o transporte de pessoas com problemas de saúde, que muitas vezes necessitam de auxílio médico-hospitalar em outros centros urbanos, notadamente indivíduos carentes de recursos financeiros.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Valdecir Cândido da Silva, Prefeito Municipal (Rua Rosário, 202), ao Vereador Wilson José L. Stefania, Presidente da Câmara Municipal (Rua Da P. Byington, s/n) CEP 87540-000.

Sala das Sessões, em 03.06.97.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1227

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Armando Martinho Bardou Raggio, Mui Digno Secretário de Estado da Saúde, solicitando a destinação de uma ambulância para o Município de Nova Olímpia.

Tal reivindicação baseia-se na necessidade do município contar com um veículo apropriado para o transporte de pessoas com problemas de saúde, que muitas vezes necessitam de auxílio médico-hospitalar em outros centros urbanos, notadamente indivíduos carentes de recursos financeiros.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Sidney Apolonio, Digníssimo Prefeito Municipal (Rua L. Pradella 265), ao Vereador Antonio Direnzo, Digníssimo Presidente da Câmara Municipal (Rua Mato Grosso, 700) CEP 87490-000.

Sala das Sessões, em 03.06.97.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1228

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Augusto Canto Neto, Mui Digno Secretário de Estado de Obras Públicas, solicitando a reforma da Delegacia de Polícia da sede do Município de Icaraima.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Osni Lankowsky dos Santos, Digníssimo Prefeito Municipal (Av. H. Vissoto, 810); ao Vereador Carlos Alberto Gabiato, Digníssimo Presidente da Câmara Municipal (Av. H. Vissoto, 810) CEP 87530-000.

Sala das Sessões, em 03.06.97.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A reivindicação em questão objetiva oferecer ao Município de Icaraima, através da Delegacia de Polícia, meios de realizar um trabalho com maior eficiência, no sentido de assegurar a ordem pública, garantindo conseqüentemente, tranquilidade e segurança àquela população.

Para que os organismos vinculados à segurança pública de Icaraima possam contar com uma estrutura operacional à altura do porte da cidade e

com capacidade para atender a demanda, torna-se imprescindível que esta Pasta, através do DECOM, realize as mencionadas obras.

REQUERIMENTO Nº 1229

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Augusto Canto Neto, Mui Digno Secretário de Estado de Obras Públicas, solicitando a reforma e adequação da Delegacia de Polícia do Município de Altônia.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor José Durval Emídio dos Santos, Digníssimo Prefeito Municipal (Rua Rui Barbosa, 815); ao Vereador Reinaldo Detoni, Digníssimo Presidente da Câmara Municipal (Rua Getúlio Vargas, 82) CEP 87550-000.

Sala das Sessões, em 03.06.97.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A reivindicação em questão objetiva oferecer ao Município de Altônia, através da Delegacia de Polícia, meios de realizar um trabalho com maior eficiência, no sentido de assegurar a ordem pública, garantindo conseqüentemente, tranquilidade e segurança àquela população.

Para que os organismos vinculados à segurança pública de Altônia possam contar com uma estrutura operacional à altura do porte da cidade e com capacidade para atender a demanda, torna-se imprescindível que esta Pasta, através do DECOM, realize as mencionadas obras.

REQUERIMENTO Nº 1230

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Armando Martinho Bardou Raggio, Mui Digno Secretário de Estado da Saúde, solicitando a liberação de equipamentos odontológicos para consultório completo, no Município de Umuarama.

É cada vez mais crescente a carência dessa população quando se trata da saúde. As condições financeiras dificultam o tratamento dentário da comunidade, que conseqüentemente re-

corre ao serviço odontológico oferecido pelo município. Para que se possa prestar um serviço capaz de atender a demanda, é fundamental que sejam destinados os equipamentos necessários.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Fernando Scana-vaca, Prefeito Municipal (Av. Rio Branco, 3717 - CEP 87501-130), ao Vereador Arnaldo Rodrigues da Silva, Presidente da Câmara Municipal (Av. Maringá, 4863 - CEP 87502-080).

Sala das Sessões, em 03.06.97.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1231

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Augusto Canto Neto, Mui Digno Secretário de Estado de Obras Públicas, solicitando a reforma da Sub-Delegacia de Polícia do Distrito Vila Rica, no Município de Icaraíma.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Osni Lankowsky dos Santos, Digníssimo Prefeito Municipal (Av. H. Vissoto, 810); ao Vereador Carlos Alberto Gabiato, Digníssimo Presidente da Câmara Municipal (Av. H. Vissoto, 810) CEP 87530-000.

Sala das Sessões, em 03.06.97.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A reivindicação em questão objetiva oferecer ao Município de Icaraíma, através da Sub-Delegacia de Polícia do Distrito de Vila Rica, meios de realizar um trabalho com maior eficiência, no sentido de assegurar a ordem pública, garantindo conseqüentemente, tranquilidade e segurança àquela população.

Para que os organismos vinculados à segurança pública de Icaraíma possam contar com uma estrutura operacional à altura do porte da cidade e com capacidade para atender a demanda, torna-se imprescindível que esta Pasta, através do DECOM, realize as obras de reforma naquela sub-delegacia.

REQUERIMENTO Nº 1232

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições re-

gimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Armando Martinho Bardou Raggio, Mui Digno Secretário de Estado da Saúde, solicitando a liberação de equipamentos odontológicos para consultório completo, no Município de Cafezal do Sul.

É cada vez mais crescente a carência dessa população quando se trata da saúde. As condições financeiras dificultam o tratamento dentário da comunidade, que conseqüentemente recorre ao serviço odontológico oferecido pelo município. Para que se possa prestar um serviço capaz de atender a demanda, é fundamental que sejam destinados os equipamentos necessários.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Shizuo Takada, Digníssimo Prefeito Municipal (Rua Ítalo Orcelli, 796), ao Vereador Augusto Cogo, Digníssimo Presidente da Câmara Municipal (Rua Ítalo Orcelli, 658) CEP 87567-000.

Sala das Sessões, em 03.06.97.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1233

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Armando Martinho Bardou Raggio, Mui Digno Secretário de Estado da Saúde, solicitando a liberação de equipamentos odontológicos para consultório completo, no Município de Cruzeiro do Oeste.

É cada vez mais crescente a carência dessa população quando se trata da saúde. As condições financeiras dificultam o tratamento dentário da comunidade, que conseqüentemente recorre ao serviço odontológico oferecido pelo município. Para que se possa prestar um serviço capaz de atender a demanda, é fundamental que sejam destinados os equipamentos necessários.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Antonio Mazzei, Digníssimo Prefeito Municipal (Rua J. E. Rezende, 686), ao Vereador Augusto Rodrigues Duarte, Digníssimo Presidente da Câmara Municipal de Cruzeiro do Oeste (Av. Brasil, s/n) CEP 87400-000).

Sala das Sessões, em 03.06.97.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1238

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais e tendo em vista a veiculação de "informe publicitário do Senhor Governador", nos principais meios de comunicação neste último final de semana, REQUEREM, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado de Comunicação Social, Senhor Jaime Tadeu Lechinski, solicitando as seguintes informações:

1. Relação dos veículos e comunicação que veicularam o "informe publicitário" do Senhor Governador, Jaime Lerner;
2. O número de inserções realizadas em cada veículo de comunicação;
3. O montante de recursos utilizados na produção e veiculação do referido informe publicitário.

Sala das Sessões, em 03.06.97.

(aa) PÉRICLES MELLO
ÂNGELO VANHONI
IRINEU COLOMBO
EMERSON NERONE
DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO Nº 1234

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio e expediente ao Governador do Estado do Paraná, Senhor Jaime Lerner, e ao Secretário de Estado da Segurança Pública, Senhor Cândido Manoel de Oliveira, solicitando esforços no sentido de agilizar a instalação do Sistema Integrado de Atendimento a Traumas - SIATE, em Ponta Grossa.

Há mais de dois anos, o Governo anunciou a efetivação do SIATE naquele município, abrangendo ainda um grupo de cidades vizinhas, pois este modelo de atendimento é um sucesso, principalmente às vítimas de acidentes.

Médicos, enfermeiras, soldados-bombeiros, já prestaram exames em cursos e ganharam formação na Capital do Estado, estando aptos a dar início ao trabalho de atendimento, mas infelizmente até hoje o SIATE não entrou em operação.

É de extrema importância a implantação do SIATE no município, pois o atendimento às vítimas de acidentes seria com rapidez, fazendo os procedi-

mentos necessários, enquanto o veículo do SIATE as conduziria ao Pronto Socorro Municipal, evitando um grande número de mortes por acidentes.

Sala das Sessões, em 03.06.97.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 1239

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de pedido de providências ao Excelentíssimo Senhor Siegfried Boving, Prefeito do Município de Pinhais, solicitando providências no sentido de repor as coberturas de vários pontos (paradas) de ônibus na Avenida Irai.

Sala das Sessões, em 03.06.97.

(a) DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

No final do ano de 1996, no final da gestão do ex-Prefeito, sob a argumentação de consertar ou repor novas coberturas nos pontos de ônibus da referida avenida, as mesmas foram retiradas.

Com a proximidade do inverno, com a neblina e umidade dos usuários de ônibus naquela avenida (Irai) ficam expostos. Visando a melhoria de atendimento dos usuários de ônibus daquele sistema viário é que faço tal solicitação.

REQUERIMENTO Nº 1236

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de pedido de informações ao Excelentíssimo Senhor Cândido Martins de Oliveira, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando:

1. Nos meses de março a abril de 97, quais foram os diretores do Instituto Médico Legal (IML) que receberam diárias?
2. Especificar para onde foi a viagem (destino) e quanto tempo permaneceram.
3. Cópia do comprovante de viagem: passagens, notas de hospedagem, alimentação, etc.

Sala das Sessões, em 03.06.97.

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO Nº 1237

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM seja oficiado o Presidente do Banco do Estado do Paraná, solicitando as seguintes informações:

1. Qual é o valor individual dos títulos comprados pelo BANESTADO dos Estados de Alagoas e Pernambuco, e das Prefeituras de Osasco e Guarulhos, que estão de posse do BANESTADO?

2. Qual é a data de vencimento destes títulos, respectivamente?

O presente Requerimento justifica-se pelas notícias veiculadas pela imprensa de que estes Estados e Prefeituras não irão honrar seus compromissos, resgatando os títulos por eles emitidos e também do Banco Central, afirmando que não irá caucionar tais títulos, ficando os credores no prejuízo.

Sabe-se que o BANESTADO possui títulos destes Estados e Prefeituras e por isso solicitamos a informação precisa do órgão competente.

Sala das Sessões, em 03.06.97.

(aa) PÉRICLES MELLO
IRINEU COLOMBO
EMERSON NERONE
DOUTOR ROSINHA
ÂNGELO VANHONI

REQUERIMENTO Nº 1242

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de pedido de informações ao Excelentíssimo Senhor Cândido Martins de Oliveira, Secretário de Estado de Segurança Pública (SESP), solicitando informações sobre a Polícia Civil:

1. Quantos são os policiais civis na ativa?
2. Quantos em desvio de função?
3. Qual é a carga horária dos policiais?
4. Qual é a necessidade atual?
5. Como são feitas as escalas de trabalho?
6. A SESP fará concurso público para a contratação de novos policiais?
- 6.1. Se sim, quando?
- 6.2. Se sim, qual será o órgão responsável pela elaboração das provas?

7. Uma cópia de cada prova (português, matemática, etc), aplicada no último concurso.

Sala das Sessões, em 03.06.97.

(a) DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

Solicito tais informações por que circula boatos que em breve será feito concurso público pela SESP, para a contratação de pessoal, para a polícia civil. Segundo dados extra oficiais que circulam, o número de policiais, atualmente, se bem usados, cobrirão boa parte das necessidades, uma vez que muitos estão em desvio de função e outros trabalhando pouco.

Conforme escala em anexo, tem policiais trabalhando apenas 6 (seis) dias no mês, certo que em regime de plantão 24 horas. Mas como são feitas as investigações?

Sobre o concurso, solicito as informações porque no último houve muitas denúncias de irregularidades, como o de conhecimento prévio das questões até a apresentação de diploma falso, o que acabou acarretando ações judiciais.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 247/97

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica revogado o "Caput" do art. 21 e seus parágrafos, da Lei nº 10.219, de 21 de dezembro de 1992.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.06.97.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A presente proposta tem como objetivo primordial manter a pensão devida ao beneficiário (a), mesmo tendo este contraído novas núpcias.

Entendemos que esta pensão se faz justa, pois vem contribuir para o orçamento familiar do beneficiário (a) e, que lhe foi concedida legalmente, portanto um direito adquirido e que se faz ainda mais necessário com o advento de um novo casamento.

Entendemos, também, que o que este artigo vem contra os princípios da instituição do matrimônio, fazendo

com que aumente o número de reuniões irregulares, pelo receio de perder a devida pensão.

PROJETO DE LEI Nº 248/97

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Centro de Proteção da Vida de Assis Chateaubriand, com sede e foro na Cidade de Assis Chateaubriand, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.06.97.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

Uma entidade que ao longo de 11 anos vem prestando relevantes serviços à comunidade da cidade e Município de Assis Chateaubriand na área de assistência social, serviços culturais, atendimento à maternidade e à infância, com especial cuidado às mães solteiras.

Mantém um grande projeto ainda, que se denomina "Projeto Brigadas do Trabalho", de alfabetização de jovens e adultos, num total de 1.500 alunos.

Pela sua importância na comunidade, solicitamos apoio ao projeto de lei ora apresentado, que confere a condição de Utilidade Pública Estadual.

PROJETO DE LEI Nº 249/97

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo do Estado, autorizado a doar à Prefeitura Municipal de Verê-PR, a área de terras sob o número: lote 03, quadra nº 57, localizada na Rua Princesa Isabel, Município de Verê-PR, com área de 797,00 m², com benfeitorias, constituída de um prédio em alvenaria, para fins comerciais, com a área total de 167,00 m², coberta por telhas, assoalho, tacos, pintura e cal, dentro dos seguintes limites e confrontações:

NORDESTE: com o lote nº 04, com 20,00 m²;

SULESTE: com o lote nº 01, com 39,85 m²;

SUDOESTE: com a Rua Princesa Isabel, com 20,00 m²;

NOROESTE: com o lote nº 05, com 39,85 m².

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.06.97.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

A Prefeitura Municipal de Verê-PR, em data de 31 de agosto de 1981, doou ao Governo do Estado do Paraná - Secretaria de Estado das Finanças, através da Lei nº 80/81, o então Lote Urbano nº 01, da Quadra 57, com área de 790,00 m², atualmente Lote Urbano nº 03, da Quadra 57, de acordo com a Matrícula nº 6.450, do 2º Ofício do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Pato Branco - PR.

O imóvel acima citado foi doado para a construção do prédio da Agência de Rendas. Posteriormente, a Agência de Rendas do município foi desativada. A reabertura da Agência de Rendas é impossível, tendo em vista que inúmeros pedidos foram feitos e as respostas sempre afirmaram que segundo os critérios adotados pelo Governo do Estado, o município não preenche os quesitos necessários para autorizar a reabertura.

Atualmente está funcionando no referido local a Câmara Municipal de Vereadores. A transferência do imóvel reivindicado beneficiaria a Câmara Municipal, tendo em vista seu funcionamento precário no prédio. Outrossim, informamos que a Câmara Municipal se propõe a realizar as reformas necessárias, beneficiando também o setor de Educação do município e a APMI.

Assim sendo, tendo em vista que o benefício proposto no projeto original não foi atingido, e a urgente necessidade da Câmara Municipal possuir um local próprio e adequado para o seu funcionamento, esperamos o apoio dos nobres Pares, e do Senhor Governador do Estado, para que o terreno e o edifício sejam reintegrados ao patrimônio do município.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

- No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Toti Colaço.

O SR. TOTI COLAÇO - Senhor Presidente, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O que me traz à tribuna nesta tarde, é tecer comentários a respeito do Fundo de Estabilização Fiscal, assunto este onde a Associação dos Municípios do Estado do Paraná tem nos fornecido subsídios para que continuemos, através do Bloco Municipalista a discutir e sensibilizar e apoiar os Deputados Federais para que votem o FEF no fim do mês de julho e também temos recebido muitos subsídios, através do Deputado Federal Paulo Bernardo, que em Brasília vem fazendo uma defesa com os demais Deputados Federais do Paraná, defendendo os municípios do nosso Estado e do nosso Brasil.

(L&):

O QUE É PRECISO SABER SOBRE O FEF

01. O FEF - Fundo de Estabilização Fiscal criado pela Emenda Constitucional nº 10/96, é sucessor do antigo Fundo Social de Emergência, que retirou em 1995, 12,4% e em 1996, 9,06% do FPM dos Estados e Municípios, para custeio do déficit público federal.

02. Embora a referida emenda cite a dedução de 20% (art. 2º, inc. IV) de todos os impostos arrecadados pela União, em razão do limitador contido no art. 72, inc. I, § 5º, em que a parcela da IR sobre a renda e proventos de qualquer natureza, não poderá exceder a 5,6%, e, considerando que o FPM é composto do IPI e IR, temos, por conclusão que, feitas os cálculos, chegaremos a um percentual de comprometimento do FPM em 12,4%/95 e 9,06%/96.

03. A vigência do FEF perdura até junho deste ano. Significa dizer que, a partir de junho, todos os municípios teriam um acréscimo no seu FPM da ordem de 9,06%.

QUEM PERDE COM O FEF

01. Os municípios e os Estados pelo que recebem do Fundo de Participação, algo em torno de R\$ 1.085 bilhão (no País). (estimativas para o primeiro semestre de 97)*

02. No Paraná, especificamente, a perda, calculada sobre a previsão orçamentária da Secretaria do Tesouro Nacional, ultrapassa 71 milhões, para o ano de 1997.

03. O FAT - Fundo de Amparo do Trabalhador, pelo menos 1,1 bilhão. (estimativas para o primeiro semestre de 97)*

*(Dados fornecidos pela SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira e Assessoria de Orçamento da Câmara dos Deputados).

É que o Governo Federal vem alegando ao longo do tempo, quando vem, na verdade, retirando sistematicamente recursos de todos os municípios paranaenses e brasileiros.

A COMPENSAÇÃO DA UNIÃO PARA OS MUNICÍPIOS

Praticamente não há compensação nenhuma.

A União diz que compensará os municípios e Estados através de emendas orçamentárias propostas por Deputados Federais. Para a maioria dos municípios, no ano passado e neste ano, não houve liberação de recursos através deste método, logo, na média, houve significativas perdas, e, com a prorrogação do FEF as perdas continuarão. O fato é que, no final do ano passado, mais de 80% dos municípios de nosso Estado fecharam o ano com salário, décimo terceiro e fornecedores atrasados. Caso não houvesse o FEF, certamente tal fato não ocorreria.

Este Fundo de Estabilização Fiscal, que é um assalto constitucional que o Governo faz aos cofres públicos municipais, isto não ocorreria.

FATORES QUE PROVOCAM REDUÇÃO DE RECEITAS E AUMENTO DE DESPESAS NOS MUNICÍPIOS

É preciso que se registre também que o Estado do Paraná e os demais Estados aqui do Sul do nosso País, vem perdendo sistematicamente recursos.

01. Desoneração do ICMS nas exportações - através da Lei Complemen-

tar nº 87/96, implicou numa "renúncia" forçada de receitas, na ordem de 12,70% no seu primeiro ano de vigência, de 14,64% neste ano, provenientes da desoneração do ICMS nas exportações de produtos primários e semi-elaborados. A União criou uma espécie de compensação que aumenta ou diminui sua performance na mesma proporção do grau de eficiência da arrecadação do ICMS no Estado. Essa compensação, que vige até o ano 2.002, nem de perto alcança as perdas pela desoneração.

E o que vem ocorrendo hoje como os nossos municípios, principalmente os pequenos e médios municípios do Estado do Paraná, e demais municípios da nossa Federação.

02. Assistência Social - Com a extinção da LBA, os municípios acabaram por assumir todo o "espólio" de convênios com a assistência social mantido pelo organismo, para custeio de creches e outras organizações de assistência social.

Na área da saúde, por exemplo, com a prática de remuneração aviltante, o SUS - Sistema Único de Saúde, obriga os municípios à complementação do custo pelo atendimento na área da saúde. Atualmente as Prefeituras Municipais são obrigadas a gastar de seus próprios orçamentos - para atender uma política de saúde que é do Governo Federal - algo em torno de 10% no pagamento indireto pelos serviços prestados pelo SUS. São convênios com os hospitais, médicos, clínicas e outros serviços para a população. É dinheiro que o município tem que dispor, além do que aplica no setor básico, como saneamento, campanhas epidemiológicas, postos de saúde, orientações e assim por diante.

Na área da educação, além do transporte escolar, que é um fardo pesadíssimo que os municípios vêm mantendo hoje no transporte dos alunos, na sua rede municipal, como também do próprio Estado e também para os alunos do 3º Grau, eles têm gasto mais de 25% de suas receitas correntes, constitucionalmente obrigatórios para o custeio da educação, incluindo-se aí o apoio ao ensino universitário, transporte escolar, merenda e outras coisas

mais. Com a implementação do Fundo Nacional de Desenvolvimento e Valorização do Ensino Fundamental, o gasto implicará num desembolso compulsório, que poderá chegar acima de 32% das receitas correntes.

E se ainda falarmos sobre outros gastos que o município tem, podemos somar ainda na conta de despesas dos municípios, gastos como segurança (custos para manutenção das Delegacias de Polícia, muitas vezes carentes pelo atendimento mais direto na própria Secretaria de Segurança Pública); com a Polícia Militar; com a Justiça Eleitoral e tantas outras despesas que o município tem e que de responsabilidade do Governo do Estado e outras do próprio Governo Federal; com pela habitação, pela quota-parte, contrapartida nos programas de conjuntos habitacionais; meio ambiente, também pelas contrapartidas financeiras, e assim por diante.

Todas as atividades municipais, sejam elas decorrentes de programas do Governo Federal ou do Estado, as Prefeituras têm comprometidas despesas do seu próprio orçamento. E se não bastassem estas despesas, temos compromissos ainda - os municípios paranaenses - que são compromissos compulsórios, meu caro Presidente Luiz Carlos Zuk: quase todos os municípios têm dívidas com algum órgão da União. Por exemplo: a Previdência Social, através do Instituto Nacional de Seguridade Social; o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço; ou o próprio PASEP.

Como os municípios não tem dinheiro para pagar tais dívidas à vista, elas são parceladas através da cessão de créditos de suas transferências constitucionais. Para pagamento do INSS, o comprometimento varia entre 3%, 6% ou 9% do Fundo de Participação de todos os municípios brasileiros, variando conforme o nível de pobreza dos municípios.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Este breve comentário a respeito do Fundo de Estabilização Fiscal - é preciso que se registre que neste mês de junho o Congresso Nacional estará votando, estará decidindo a prorrogação ou não deste Fundo de Estabilização Fiscal. Se faz necessário, Senhores Deputados, que os Senhores mobilizem os Prefeitos de suas regiões, para que no final deste mês pos-

samos nos mobilizar, para que possamos estar presente, para que o Paraná mais uma vez se faça presente, através de seus Prefeitos, para que sensibilizem os seus representantes em termos de Congresso Nacional, para que dêem suporte político para que eles possam votar contra a prorrogação do FEF.

Não é possível, não podemos aceitar pacificamente que o Governo Federal - com o maior respeito - continue retirando sistematicamente, mensalmente, aquilo que é um direito constitucional de todos os municípios brasileiros para ajeitar o seu caixa, meu prezado Deputado José Maria, para ajeitar as suas finanças e para distribuir o que arrecada de acordo, única e exclusivamente com os interesses políticos.

Queria deixar muito claro aqui nesta tarde, que é responsabilidade de todos nós - e principalmente dos senhores, que são do interior do nosso Estado - para que discutam o FEF, para que sensibilizem os Prefeitos, para que eles mandem fax e estejam presentes no fim do mês em Brasília. Vamos fazer uma verdadeira maratona. A intenção das associações de todos os municípios do País, a nossa aqui do Paraná e do Bloco Municipalista, é de colocarmos lá, no mínimo, 3.000 Prefeitos, no final do mês de junho.

O Sr. Emerson Nerone - Um aparte, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - No Pequeno Expediente não é permitido conceder apartes. Poderia ser no tempo da Liderança do PT.

O SR. TOTI COLAÇO - Presidente Luiz Carlos Zuk, para encerramento, utilizamos apenas um espaço de tempo da Liderança do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Concedido o tempo do Horário da Liderança do PMDB.

O Sr. Emerson Nerone - Deputado Toti Colaço, muito obrigado.

Senhor Presidente, gostaria aqui, de fazer um apelo à Presidência desta Casa, à sua pessoa, à pessoa do Deputado Anibal Khury e a todos os Deputados, conclamar a Assembléia Legislativa do Paraná, a se unir nesta

batalha do Bloco Municipalista contra a aprovação do FEF, ou pelo menos a aprovação do FEF nestes moldes que se encontra hoje, tramitando hoje no Congresso Nacional. Pelo andar da carruagem, temos sentido em Brasília - a não ser que haja uma mobilização maciça dos Prefeitos e dos Municipalistas deste País - teremos de novo aprovado o FEF e para se ter uma noção, algo em torno de 160 milhões de dólares deixam de vir ao Paraná, aos municípios do Paraná, dinheiro líquido e certo de cada uma destas Prefeituras, que deixam de receber para ficar nos cofres do Governo Federal.

Então, Senhor Presidente, pediria a esta Casa que pensasse com carinho na possibilidade de, no final do mês, efetuarmos aqui na Assembléia Legislativa, uma vigília cívica durante a votação do FEF, já que isto representa, no ano que vem, algo em torno de dois bilhões de dólares que deixarão de vir ao Paraná, e esta balela do Governo Federal, de dizer que esse recurso voltará através de convênios, não voltará e todos sabemos disso. Se este dinheiro for para algum lugar, é para o PROER, é para o Nordeste, é para o Norte, mas não para aqueles municípios que já têm o direito adquirido aqui no Sul do Brasil, especialmente aqui no Paraná.

Então, que façamos uma comitiva, dirigindo-nos para Brasília com uma parte dos Deputados, e a outra parte faça uma vigília cívica pela não aprovação do FEF, ao menos no que toca o Fundo de Participação dos Municípios e o Fundo Estadual, o Fundo de Participação dos Estados.

Muito obrigado.

O SR. TOTI COLAÇO - Apenas para concluir. Há duas semanas atrás, estivemos em Brasília - em nome desta Casa, em nome do Bloco Municipalista - participamos de debates importantíssimos, inclusive com a equipe técnica do Ministro Kandir e tivemos a oportunidade - juntamente com o Deputado Edno Guimarães - de dizer de viva voz que aceitamos a linha estabelecida pelo Governo Federal, mas que não concordamos da forma como vêm sendo tratados os municípios de todo o País, principalmente do nosso Estado, quando na verdade ele propõe a descentralização administrativa, descentralização de

serviços, largando toda a carga, todos os serviços e a responsabilidade para todos os Prefeitos do nosso País. Por outro lado concentrando a receita, segurando todo o dinheiro na mão.

Então, é uma discrepância a forma que se coloca isto. Vamos descentralizar a administração pública do Governo Federal, largando para os municípios o atendimento na área da saúde, educação, transporte e assim por diante. E por outro lado, na maior fatia, nos maiores recursos que vêm para os municípios, tirando ali 12, 13% do Fundo de Participação de cada município.

Fica, portanto, registrado o nosso chamamento, o nosso alerta para um grande encontro no final do mês, em Brasília.

O SR. 2º. SECRETÁRIO (Luiz Carlos Alborghetti) - Atenção, Senhores.

Em nome da Presidência desta Casa, ficou confirmado agora o acidente que aconteceu há algumas horas atrás. Falaram nesta acidente monstruoso, entre Ponta Grossa e Curitiba, o Prefeito Municipal de Francisco Alves, Silas de Moraes Pereira; o Presidente da Câmara Municipal de Francisco Alves, Joaquim Palmeira da Costa; a Secretária da Educação de Francisco Alves, Professora Lúcia de Albuquerque Sales; o Doutor Ademir Dário, Engenheiro Civil da Prefeitura de Francisco Alves. Falta apenas a identificação de mais um corpo, que não podemos relatar ao Plenário.

Era só, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra o ilustre Deputado Élio Rusch.

O SR. ÉLIO RUSCH - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Prefeitos, Vereadores que estão na Assembléia.

Ocupo esta tribuna para falar sobre o nosso Estado, o Estado do Paraná. O Paraná, na verdade, é um Estado como os outros da nossa Federação, com algumas diferenças. O Paraná tem uma posição respeitada hoje no cenário nacional. O Paraná, através dos seus administradores - e quando falo de seus administradores, me permito falar do Governador Jaime Lerner, que logo após, quando assumiu os destinos do

nosso Estado, procurou fazer uma administração voltada em duas etapas. A primeira etapa em querer mudar o perfil econômico do nosso Estado, aquilo que já falamos, Senhor Presidente, Senhores Deputados, aqui da tribuna. E foi nos anos de 95 e 96, onde o Governador Jaime Lerner, através das suas Secretarias, procurou atrair para nosso Estado os grande empreendimentos. Nos últimos dias, a imprensa tem noticiado aos paranaenses os investimentos - nos lembramos da campanha de 1994, quando o então Jaime Lerner era candidato ao Governador, ele disse que faria em nosso Estado, que pretendia fazer em nosso Estado um investimento em torno de cinco bilhões de dólares no setor produtivo, e esses valores já ultrapassaram. Houve investimentos, até o presente momento, algo em torno de oito bilhões e quinhentos milhões de dólares de investimentos no nosso Estado.

Senhor Presidente e Senhores Deputados, o que não conseguimos entender - e ninguém conseguiu nos convencer do contrário - quando se fala em investimentos num Estado, num município, cabe a cada homem público, independente ser da situação ou da oposição, dar a mão à palmatória e fazer com que seu município, o seu Estado, ou mesmo sua Nação, possa ter esses investimentos. Mas, lamentavelmente, no Estado do Paraná parece que as coisas andam na contramão. O Senado recentemente tem aprovado os empréstimos, os investimentos para diversos Estados da nossa Federação, o que não aconteceu com o Estado do Paraná.

Na manhã de hoje, ainda ouvia o ex-Prefeito e atual Secretário de Estado, Rafael Greca, dando uma entrevista na "CBN", quando ele fazia algumas colocações dos investimentos feitos no Estado, e reclamava o Secretário de Estado, ex-Prefeito Rafael Greca, da necessidade dos nossos Deputados, e principalmente dos nossos Senadores da República, em defender o nosso Estado, quando se refere a investimentos e a empréstimos internacionais, que visam única e exclusivamente atrair novos investimentos para o nosso Estado, e principalmente para a nossa agricultura.

Ora, eu dizia, no começo, que o Governador Jaime Lerner procurou nos dois primeiros anos, mudar o perfil

econômico do nosso Estado. E entendo - e acredito - que os dois últimos anos, ou seja, os anos de 97 e 98, são os anos voltados para o atendimento dos nossos municípios, para a agricultura, para o nosso empresário, enfim, para todas as pessoas do nosso Estado. E quando falo de mudar o perfil econômico do nosso Estado - me permito, Senhor Presidente e Senhores Deputados, fazer um relato daquilo que aconteceu no nosso Estado, senão vejamos: a Renault, em São José dos Pinhais; a Chrysler, em Campo Largo; a Audi-Volks, em São José; a Eletrolux, na Fazenda Rio Grande; a Tafisa - fábrica de compensados, de capital português - em Piên; a Toga - de plásticos - em Londrina; a Mac-Sol - de café solúvel - em Cornélio Procopio; a Fauré - de bancos para automóveis - em Quatro Barras, aqui na Região Metropolitana; e mais a Danna - de chassis para a Chrysler - em Campo Largo; a Avícola Felipe - que ganhou investimentos do Governo - em Paranavaí; a COCAMAR Citrus - que também ganhou investimentos do Governo - em Paranavaí; e mais a Da Granja, em União da Vitória; a Vapza - de processamento de feijão e batata - em Castro; a Kaiser - de cerveja - em Ponta Grossa.

A Siemens, recentemente agora, na semana passada, na Cidade de Irati, numa paisagem antes só composta pelas lavouras de feijão, de batatinhas e da fábrica de fósforo, na A Cidade de Irati - do nosso companheiro Deputado Toti Colaço - e, ainda os investimentos da Sadia, em Toledo e Paranaguá; e Algarroz, em Maringá. Ora, eu disse, o Paraná é um Estado de transformação para melhor.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é uma lástima pessoas que não entendem da mesma forma, só posso entendê-las como pessoas de oposição ao Governo do Estado, que procuram trabalhar contra os recursos para o povo mais humilde, como é o caso do "Paraná Doze Meses".

Há questão de duas semanas passadas, Senhor Presidente, Senhores Deputados, tivemos as galerias completamente tomadas, tanto por pequenos como médios e mini agricultores do Estado do Paraná. Naquele dia, diversos Deputados usaram desta tribuna e a outra tribuna, faziam considerações em relação ao apoio que o Governo deveria

ter dado para a agricultura do nosso Estado, e não conseguimos entender: "Paraná Doze Meses", que é um empréstimo internacional, que visa exatamente beneficiar o pequeno e o mini agricultor do nosso Estado.

Temos em nosso Estado, Senhor Presidente, aproximadamente quatrocentas mil pequenas propriedades rurais, e esse empréstimo, "Paraná Doze Meses", é exatamente investimentos para a agricultura do nosso Estado, que pode ser através de calcário, adubos, através de moradias, de investimentos de qualquer natureza à sua propriedade. E desse investimento, muito desse dinheiro é a fundo perdido.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a posição dos nossos Senadores que, ao invés de estarem ao lado do nosso Estado, procuram exatamente travar estes investimentos. É por isso uma lástima o que estamos vendo, com muita tristeza, que outros Estados conseguem estes recursos e esses empréstimos e os Senadores aprovam. E os nossos Senadores, os Senadores da República todos, mas principalmente os do Estado do Paraná, não pedem o protocolo dos investimentos que são feitos nestes Estados: Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro e tantos outros. Por quê só no Paraná?

Ora, queremos ver o Paraná crescer. Somos Deputados do nosso Paraná. Os Senadores são Senadores do Paraná. E esperamos que definitivamente os homens públicos e os não públicos, todos os homens, independente de cor partidária, nos somarmos, dando as mãos, e vamos defender o Estado do Paraná para que possamos, efetivamente, implantar aquilo que o nosso Estado e o nosso Governador do Estado desejam.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, antes de encerrar, permito um aparte ao Deputado Basílio Zanusso.

O Sr. Basílio Zanusso - Ainda ontem, Deputado Élio Rusch, o Deputado Caíto Quintana fez na tribuna, alguma referência a esses pedidos de empréstimos que o Paraná tem, lá no Senado da República. E argumentava o ilustre Deputado Caíto Quintana, que os Senadores Requião e Osmar Dias, do Paraná, estavam - e estão - preocupados com os valores dos empréstimos solicitados, e

querem conhecer a capacidade de endividamento do Estado do Paraná.

Vossa Excelência vem à tribuna numa oportunidade ímpar até porque à Assembléia Legislativa e a nós, da Bancada de sustentação do Governo Jaime Lerner, não podemos nos permitir ficarmos aqui impassíveis, calados, diante deste quando que se apresenta, de repercussão nacional, quando empréstimos que são solicitados para o Paraná, para a agricultura do Paraná, para a reforma do ensino médio do Paraná, e para atender o serviço de saneamento do Estado do Paraná. É lamentável que tantos obstáculos, tantas interrogações são feitas lá no Senado, por quem deveria nos representar e por quem deveria ser nosso advogado naquela Casa! O Paraná, evidente, tem algumas dificuldades. E os demais Estados, não os têm?

Nunca se viu tratamento desta forma, representantes nossos, no Congresso Nacional, se opondo a solicitações de interesses do povo do Paraná!

Peço esse aparte a Vossa Excelência, para dizer da nossa solidariedade a Vossa Excelência - não a nossa solidariedade a Jaime Lerner ou ao Governo do Estado, esta ele sempre teve - mas além da solidariedade, a nossa palavra, a nossa manifestação de repúdio também, por não concordarmos da forma como se faz esta política em Brasília. O Senador Roberto Requião, ex-Governador, tem todo o direito de saber das coisas do Paraná, requerendo, inquirindo, perguntando. Mas poderia usar de outros meios, impedindo que outros recursos viessem ao Paraná, que não estes específicos para a agricultura, educação e saneamento! Tantas outras formas de oposição ao Governo existem! Mas não assim, desta forma, impedindo que três projetos, todos de grande importância para o Estado do Paraná, sejam lá esbarrados, impedidos que se processem os empréstimos, que por serem internacionais, naturalmente demandam algum tempo.

Portanto, Deputado Élio Rusch, se eu pudesse daqui também fazer um apelo, juntando-me com todos os Prefeitos do Paraná, e mais que isso, ao povo do Paraná, para que o Senador Roberto Requião e o Senador Osmar Dias ajudem a liberar estes recursos, providenciem, agilizem a liberação dos recursos e façam política contra Jaime

Lerner como queiram, como quiserem, da forma que entenderem, mas que ajudem a liberar estes recursos que não são para Jaime Lerner, mas que são - como já falamos - para o Estado do Paraná! Muito obrigado.

O SR. ÉLIO RUSCH - Concedo aparte ao Deputado Takayama.

O Sr. Hidekazu Takayama - Deputado
Élio Rusch, estava acompanhando seu pronunciamento que, com brilhantismo e lucidez, aborda esta questão da não liberação das verbas que seriam destinadas ao Paraná, pelos Senadores Roberto Requião e Osmar Dias.

Ouvi também o aparte do nosso companheiro de Bancada, e não pude me calar, tenho que manifestar meu pensamento como representante de um forte segmento da nossa sociedade paranaense. Estamos aqui como representantes da nossa população e a grita, o clamor tem sido geral, Deputado Élio Rusch, nesta briguinha e ciumeira que estamos vendo, por parte dos Senadores, que estão impedindo, bloqueando as verbas para desenvolvimento de nosso Estado. É impossível que tenhamos que ver esta cena em plena virada do milênio!

Quando percebemos que o Estado está à ponto de alavancar um novo momento na sua história, tem que ser bloqueado por ciúminhos de Parlamentares que são aqui do nosso Estado! Lamento muito esta postura desses nossos Senadores!

Ficamos a pensar, onde está o objetivo maior, que é o de tirar a nossa população desse subdesenvolvimento. Quando vemos um novo momento em que nunca, na história do País, Deputado Élio Rusch, vimos um Estado ter, em dois anos, um investimento de 8 bilhões e meio, transformando o nosso Estado. Num novo momento entrando para a modernidade e conseqüentemente estará gerando milhares de empregos, tirando a nossa população da faixa mais pobre do seu ostracismo, da sua situação de penúria! De repente, vemos dois companheiros nossos, do nosso Estado, tentando atravancar esta situação! Fico horrorizado, e eles tentam argumentar, dizendo que não é para colocar o nosso Estado em situação ruim. Ora, basta perceber que o nosso Estado é um dos melhores do País, e que, infelizmente temos as verbas que seriam des-

tinadas ao Estado, barradas por companheiros nossos aqui do Estado do Paraná.

Fazemos um apelo, Deputado Élio Rusch, somamos a vossa "troupe", para que os nosso Parlamentares tenham um pouco de consciência e sensibilidade em favor da população carente.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. ÉLIO RUSCH - Agradeço os apartes dos Deputados Basílio Zanusso e Takayama. Peço desculpas aos Senhores Deputados, têm diversos pedidos de apartes para mim, mas o nosso tempo já está esgotado.

Senhor Presidente, só gostaria de solicitar um minuto, para que pudesse concluir a nossa manifestação aqui da tribuna. Ora, Senhores Deputados, Senhor Presidente, se não bastasse que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, ela tem votado todas as leis de incentivo a industrialização do Estado do Paraná. A primeira lei que deu origem a incentivos, foi criada pelo primeiro Governador Ney Braga, em 1962, que criou o CODEPAR, que deu origem ao BADEP, que futuramente foi extinto. E mais recentemente, a maior lei que temos votado aqui na Assembléia Legislativa, é a lei do Deputado Anibal Khury, que deu exatamente esta elasticidade, deu esse poder para que o Executivo Estadual e sancionada esta lei hoje pelo Senador Roberto Requião, que era Governador na época.

A Assembléia Legislativa tem votado exatamente essas leis para que o Governo do Estado pudesse, dentro da elasticidade que falamos, procurar esses incentivos e dar para as empresas que queiram se estabelecer no Estado do Paraná. E o Paraná hoje, depois de todas estas montadoras instaladas, isto deve surgir nos primeiros anos, seremos o segundo maior pólo de industrialização de automóveis do País. Quer dizer, não é concebível que queremos questionar agora apenas os protocolos da industrialização do Estado do Paraná e não se questione os outros Estados.

Para mim, Senhor Presidente e Senhores Deputados, está claro o seguinte: não nos preocupamos com o desenvolvimento e com a geração de empregos no nosso Estado. É uma questão pura e simplesmente política. A ques-

tão política deixamos no período eleitoral, passada a eleição vamos dar as nossas mãos e trabalhar em favor do Estado do Paraná.

É isso que queremos dizer, Senhor Presidente e Senhores Deputados. Não podemos compreender, não podemos admitir e não podemos conceber que isso venha acontecer com o nosso Estado. Nós, como Parlamentares, como Deputados Estaduais - e espero que os Deputados Federais também estejam fazendo o papel deles - e o Senador da República também. O Paraná é de todos, o cargo é passageiro, amanhã seremos cidadãos do Estado do Paraná, mas devemos deixar a responsabilidade e a nossa parcela de contribuição para nossos filhos, para nossos netos, para nossos bisnetos!

Seria isso, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - O

Deputado Nelson Garcia anuncia a presença em nosso meio, do ilustre Prefeito de Nova Olímpia, Senhor Sidney Apolônio, bem como do vice-Prefeito, João Glifo.

Nós, da Mesa Executiva, nos associamos com as presenças dos ilustres visitantes.

Com a palavra, o Deputado Emerson Nerone.

O SR. EMERSON NERONE - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Deputado Élio Rusch, gostaria de fazer um pedido a Vossa Excelência: este discurso cabe no interior, onde a população está pouco informada sobre isso que está ocorrendo no Paraná, onde a população recebe apenas o jornal que às vezes é do Prefeito, de um Deputado, ou uma rádio única na cidade, mas aqui na Assembléia Legislativa, esse é um discurso que não cabe.

O Paraná - a Assembléia Legislativa sabe - o Governo do Estado gastou 270 milhões financiando Alagoas, Pernambuco e Santa Catarina. A Assembléia Legislativa sabe que o Governador Jaime Lerner gastou 103 milhões de dólares financiando a propaganda de seu governo, no ano passado.

Há boatos - e parece que isso está sendo confirmado, pelo menos quando a Renault colocou no seu balanço - que contraiu empréstimos do Governo do Estado sem juros e sem correção monetária, com prazo de carência

de dez anos, e algo em torno de 300 milhões de dólares foram aplicados para trazer a Renault para o Estado do Paraná.

Portanto, essa desculpa que não tem dinheiro é balela, tem dinheiro sim, foi extremamente mal aplicado e isso por incompetência do Senhor Governador.

O Governo do Estado está hoje acuado, sem conseguir fazer absolutamente nada, não dá para dizer, não apenas para - na retórica - afirmar que os dois primeiros anos foram para mudar o perfil do Estado e os dois últimos anos era para atender os Prefeitos. Primeiro, porque o último ano de governo não existe, já que é um ano eleitoral e todos nós sabemos disso. E outra: os dois primeiros anos, se foram para mudar o perfil, só conseguiram que o perfil se mudasse, procurando emprego em Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo e Mato Grosso. Não tem perfil este Estado!

Quando o Deputado Élio Rusch disse das empresas automobilísticas, ele se enganou, porque fica só na Região Metropolitana de Curitiba, e o Governador é o Governador do Paraná. Não fale da citricultura, da empresa de citros de Maringá, porque a capacidade de geração de empregos da COCAMAR, a partir da reabilitação é própria da COCAMAR e acabou, não tem nada. O que entrou, obviamente, foram empréstimos do Governo e como sempre o Governo do Estado financiando o capital, não entendemos exatamente que tipo de capitalismo é isso. Mas não dê a COCAMAR como exemplo. A COCAMAR fez uma grande mudança interna nas suas empresas e a partir daquele momento, ela se restabeleceu e hoje começou a gerar empregos novamente. Nos últimos dois anos, a COCAMAR despediu como nunca.

Segundo, o PT. Senhor Presidente, Senhores Deputados, o PT vai começar, a nível de Estado, um esclarecimento à população, pedindo que toda a população do Paraná peça ao Governador Jaime Lerner que abra o contrato com a Renault, mostrando à população do Paraná que, uma vez aberto os empréstimos, uma vez aberto o contrato, uma vez aberta esta maracutaia que está se desenhando - porque quem não quer mostrar, está fazendo maracutaia - uma vez aberta esta maracutaia, pelo menos

até agora, ou quem sabe, um contrato lícito, abrindo esse contrato com a Renault, os empréstimos serão liberados a nível federal.

O que não dá para agüentar é ouvir dizer que não tem dinheiro para a agricultura, e ouvimos aqui do Fayet, no começo do Governo Lerner, que o Estado do Paraná não conseguiria mais suportar o pagamento dos subsídios na equivalência/produto. Um programa que não tinha praticamente nenhuma inadimplência, com taxas baixíssimas de juros e que em todos os anos, nos quatro anos que operou, teve um desembolso de 52 milhões pelo Governo de Estado, de subsídios. O governo estadual não dava dinheiro ao agricultor, ele emprestava através da equivalência/produto. E, em quatro anos, subsidiou o pequeno proprietário, o pequeno produtor desse Estado, com 52 milhões - essas são palavras do Fayet. E naquele momento ele disse que o Governo não teria condições de suportar isso.

Quatro anos de financiamento do Governo do Estado para a pequena agricultura, deram, em média, 12 milhões de subsídios por ano, e todo o pequeno agricultor do Paraná tinha condições de emprestar do BANESTADO, com a taxa de juros baixíssimo e com poucos papéis para se conseguir o empréstimo. O índice de inadimplência é muito pequeno.

No entanto, o Governo do Estado diz que não tem dinheiro e que espera o empréstimo do "Paraná Rural", quando no ano passado ele gastou 100 milhões de dólares com propagando do seu governo.

Portanto, Deputado Élio Rusch, esse discurso não cabe na Assembléia - me desculpe - talvez caiba com o populismo do interior. Mas, aqui não dá para se ficar agüentando esse tipo de balela. O que queremos saber é: o quê é que foi dado para a Renault, que fez com que nem Rio Grande do Sul, nem Minas Gerais, nem São Paulo, nenhum destes Estados conseguissem bancar? A nós parece que este empréstimo foi, se não tão grande, mas muito próximo do que o Governo do Estado quer emprestar lá fora para a agricultura, para o saneamento e para a educação. Se isso é verdade, na verdade estaremos repassando recursos dos empréstimos para a Renault.

Portanto, não é sem juro, não, estaremos pagando juros desse dinheiro, sim! Se temos dinheiro em caixa, compramos títulos públicos de Alagoas, Pernambuco e Santa Catarina; se temos dinheiro em caixa, gastamos em propaganda; se temos dinheiro em caixa e gastamos com a Renault, para gerar dois mil empregos, em troca matamos a agricultura do Estado. Criamos uma total falta de perspectiva para municípios que não fazem parte da Região Metropolitana de Curitiba, e sufocamos Curitiba, porque o interior está se mudando para cá, ou para outros Estados.

Quer dizer, também não é bom para Curitiba. Se isso é verdade, então que o Governo revele os seus contratos, revele as cláusulas contratuais. E a partir de hoje, o PT estará fazendo uma proposta para a população do Paraná, para que ela pergunte aos Deputados, para que ela pergunte a todos aqueles que fazem parte do Governo Jaime Lerner: "Por que é que eles não querem abrir as portas deste contrato, as cláusulas deste contrato, para esclarecimento público?"

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -

Deputado Duílio Genari anuncia em nosso meio, a presença do Prefeito de Brasilândia do Sul, Djalma Santos, juntamente com sua esposa. Ainda, do vice-Prefeito de Corbélia, o nosso amigo Fontana, que convive conosco nesta sessão da tarde.

Concedo a palavra ao ilustre Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Concedo a palavra, Pela Ordem, ao Deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem) -

Senhor Presidente, só quero registrar a presença do meu amigo e companheiro, ex-Prefeito de Abelardo Luz - município vizinho do Paraná, em Santa Catarina - ex-Prefeito por duas vezes, Senhor Valdir Garbosa.

E também, quero cumprimentar aqui a presença do Vereador de São Jorge do Oeste, que prestigia a sessão desta tarde, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -
Perfeitamente associada pela

Mesa Executiva, a presença dos ilustres visitantes.

A palavra com o Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente Luiz Carlos Zuk, Senhores Deputados.

Inicialmente, registro também a presença neste Plenário, na tribuna de honra, do Prefeito Luiz Ramanelo, do Município de Goioxim, que foi criado por nós recentemente, e pelo Deputado Cezar Silvestri.

Senhor Presidente, apenas alguns questionamentos a respeito daquilo que falou da tribuna o Deputado Élio Rusch. Ele disse que não se pediu, não se solicitou esses protocolos de benefícios fiscais, que estão sendo concedidos por outros Estados, que o Senado não pediu isso aos outros Estados. Então, a pergunta que faço ao Deputado Élio Rusch - não o vejo no plenário neste momento - é se esses Estados estão também, à nível de Congresso nacional, buscando empréstimos, como está o Estado do Paraná?

O Deputado Basílio Zanusso também frisou a respeito de que na história do Senado e do Estado do Paraná, é a primeira vez que um pedido de empréstimo está sendo questionado, e faço a seguinte pergunta: se em toda a história do Senado nunca se questionou um pedido de empréstimo, será que a culpa é do Senado, dos Senadores ou de quem está fazendo a solicitação dessa autorização, para contrair o empréstimo? Será que o erro é do Senado, ou de quem apresentou a proposta? O Deputado Zanusso diz que não podemos ficar impassíveis e calados. Realmente, esta postura que adota a Bancada de apoio ao Governo neste momento, é da maior importância, porque até então realmente Vossas Excelências estavam impassíveis e calados a respeito de todas essas denúncias, que há alguns meses vêm sendo formuladas, não só pelo Senador Roberto Requião, mas pelo Senador Osmar Dias, pelo ex-Governador Álvaro Dias, por Deputados do PT, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro nesta Casa, e algumas dessas denúncias que foram trazidas como alucinações do Senador e ex-Governador Roberto Requião, foram ontem confirmadas, não pelas palavras dele apenas, mas pelos jornais de televisão, pelos

jornais escritos, pelas rádios, quando anunciavam a confirmação do calote, do "mico" dos títulos comprados não só pela BANESTADO Corretora, mas por outros Bancos, outras instituições nesse Brasil, que são os títulos de Alagoas e de Osasco.

Poderão dizer, como já disseram no jornal: "Ah, mas o BANESTADO Corretora ainda não levou prejuízo, porque a BANESTADO só vende em 98!" Puxa vida! Se já não estão conseguindo pagar o que vendeu agora, imagem na quebradeira que está Osasco e Alagoas, como será em 98, quando vencerem os títulos adquiridos através da BANESTADO!

Falou-se também que os empréstimos são a favor da agricultura, da reforma do ensino e do saneamento e aí comentou-se que os Senadores não têm compromissos com a agricultura, não querem ver melhorado o ensino e nem o saneamento do nosso Estado. Ora, Requião, quando Governador, o Mário Pereira, quando Governador, assinaram e deixaram todo o recurso à disposição do Governo Jaime Lerner, do PROSAN, que é o recurso para o saneamento da Região Metropolitana.

O Mário Pereira, em outubro de 94 - quando tive o privilégio de ser Governador do Paraná por sete dias - foi a Nova York justamente para assinar aquele financiamento de mais de 200 milhões para o ensino médio do Estado do Paraná. Foi junto com o professor Olivir Gabardo, que foi nosso Secretário da Educação, para completar aquele processo iniciado pelo Requião e pelo Elias Abrahão. Então, recursos para o ensino, para a agricultura e saneamento talvez tenham sido as principais coisas que fizeram à frente do governo, o Requião, o Mário Pereira e o Álvaro Dias. Está aí o programa "Paraná Rural" que se conclui agora. Está lá o "Panela Cheia", que foi dito aqui pelo Luiz Antonio Fayet, que consumiu 55 milhões de apoio do BANESTADO, em apoio ao "Panela Cheia".

E no mais, outra pergunta que fazemos aqui, para reflexão: hoje, durante a reunião da C.C.J., analisamos a constitucionalidade de um pedido do Governo do Estado e aprovamos, porque se tratava da constitucionalidade de um pedido de ajuste no orçamento da COPEL, de 16 milhões e 500 mil reais, um empréstimo junto à Caixa Econômica

Federal, para ser aplicado junto à Secretaria da Fazenda, na modernização da máquina arrecadadora. E aí vem a pergunta de novo: nós, quando votamos aqui, quando modificamos a primeira - tivemos uma primeira lei que autorizou a venda das ações da COPEL no tempo do Requião, que autorizava a aplicação dos recursos na construção da usina de Salto Caxias, ampliação do Porto de Paranaguá, FERROESTE e casas populares. Depois, no projeto do Deputado Duílio Genari, a destinação dos recursos se modificou, mas num dos itens dizia investimento na modernização da máquina arrecadadora.

Pois bem! A COPEL já esteve perto de 500 milhões das suas ações ou mais - não se mais ou menos - ao redor de 500 milhões, já foram alienadas ou vendidas. Será que nestes 500 milhões ninguém se lembrou de aplicar um dos incisos da lei que dizia: "modernização da máquina arrecadadora" e agora, gente que já teve na mão 500 milhões de ações da COPEL, que podia ser usado para isso, agora vamos em prestar dinheiro da Caixa Econômica Federal.

Então, são coisas com que ficamos preocupados e como disse o Deputado Basílio Zanusso - que ao lado do Deputado Anibal Khury são os nossos decanos aqui nesta Casa, Deputado Anibal: 8 mandatos; Deputado Basílio: 7 mandatos - realmente não podemos ficar impassíveis e calados, e nesse sentido, entendo que é da maior importância a proposta feita pelo Deputado Horácio Rodrigues, a proposta que vem sendo feita e veiculada pelo jornal "Gazeta do Paraná" - que recebi hoje - e por outros jornais, que querem justamente o debate entre os Senadores Osmar Dias e Roberto Requião e o Governador Jaime Lerner, para que possamos não ficar, realmente, parados e impassíveis, vamos ao debate. Vamos ver com quem está a verdade verdadeira, porque se não temos o que esconder neste protocolo, porque não mostrá-lo, quem sabe numa sessão secreta do Senado, quem sabe numa sessão secreta da Comissão de Assuntos Econômicos?

Entendo que a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, que o Senado Federal, se fosse solicitado por um Governador: "Olha, vou apresentar aqui todos os meus protocolos, mas quero que isso seja reservado a este recin-

to." Não tenho nenhuma dúvida de que haveria concordância. Então, por que não se mostra? Por que só se acusa de que não quer dar o empréstimo? Ou será que já esquecemos que o Senador Osmar Dias deu parecer favorável à contratação do empréstimo? Será que a culpa é do Osmar? Será que a culpa é do Requião? Será que não é uma obrigatoriedade essas informações, ou será é de quem apresentou a proposta? Vamos ao debate, para que possamos ter a verdade verdadeira colocada nua e crua para nós e para todos os paranaenses, para que possamos ter uma solução satisfatória, porque todos somos favoráveis a estes empréstimos, mas todos temos a responsabilidade de resguardar os interesses do Estado do Paraná.

Se me permitir o Presidente, concedo o parte ao Deputado Basílio Zanusso.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -
Vossa Excelência está no Pequeno Expediente.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Encerro agradecendo a atenção que Vossa Excelência nos dispensou, nos liberando alguns segundos além do tempo que é do Pequeno Expediente.

Numa outra oportunidade concederemos o aparte ao Deputado Basílio Zanusso.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -
Deputado Irineu Colombo com a palavra.

(Declinado).

Deputado Doutor Rosinha com a palavra, no Grande Expediente.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Na semana passada recebi, via fax, um documento, ou melhor, um pedido de sindicância que foi feito pelos funcionários do Instituto Médico Legal à Ouvidoria. Ouvidoria que espero que ouça este pedido, e consiga fazer essa sindicância, uma vez que nos últimos dois anos ela anda bastante parada, bastante sem atividade e quando solicitada, perdeu aquele ímpeto e aquela disposição que anteriormente tinha. De acordo com estes funcionários, no Instituto Médico Legal vem ocorrendo o mais profundo desprezo do Doutor Francisco Moraes Silva para com aqueles

servidores daquele instituto. Despreza estes funcionários, humilha-os na frente de pessoas e trata-os aos gritos. Isto não é a primeira vez que ocorre, pois o referido Diretor já foi Diretor de outra instituição, no caso o Hospital de Clínicas, e a queixa de todo mundo era de que sempre teve esta mesma postura. De acordo com estes servidores, no mês de maio a situação piorou, fazendo com que funcionários, mesmo da SESFEPAR - mais adiante explicarei o que é - pediram demissão do cargo por não suportar humilhações. O cargo que ela ocupava era o de Secretária.

Este documento leva à Ouvidoria o conhecimento que há uma grande perseguição de funcionários dentro do Instituto Médico Legal e cita como pessoas perseguidas as médicas Doutorras Zulmira e Marilú e mais o Doutor Carlos e o Doutor Braga. Por perseguição neste mês de maio - eu mesmo conversei com as duas pessoas - foram transferidos auxiliares de necrópsias para o interior, os funcionários Alexandre e Ana Mara - Ana Mara inclusive estudando, foi transferida para o interior, mais precisamente para Francisco Beltrão, a pedido do Doutor Francisco Moraes Silva.

Este cidadão, na condição de Diretor do Instituto Médico Legal, não satisfeito em perseguir funcionários, coloca-os para trabalhar em locais inadequados, como os funcionários da mecanografia, que são em número de dez e estão trabalhando numa sala que tem cerca de 30 m²; funcionários da identificação foram colocados em salas minúsculas, que não têm condições de trabalhar; os plantonistas do necrotério, Senhores Deputados, foram alojados no banheiro do Instituto Médico Legal, porque não têm sala para eles, uma vez que a Secretária, a Senhora Carmem - Secretário do Doutor Francisco - precisou de uma sala maior, enquanto alguns funcionários usam o banheiro, só ela em uma sala de 18 m². Para que isso ocorresse, inclusive o Museu daquele instituto foi mudado de lugar.

Aquele instituto, recentemente comprou aparelhos de ar condicionado. Seis foram para o interior, dois para serem instalados no necrotério e dois deveriam ser instalados no laboratório, mas foi mandado guardar para que

viesses a ser instalados na sala da Secretária Carmem, porque o Diretor do IML, Doutor Francisco, imagina que num futuro bem próximo - e assim espero - aquela seja dele. Espero que nem esta sala seja dele.

O Departamento de Polícia Civil paga uma linha celular para o Doutor Francisco Moraes da Silva, que exige - sob a alegação de que o aparelho é dele - no final de cada mês, o ressarcimento das despesas em telefonia. Para cobrir estas despesas, o setor responsável, ou seja, o Departamento Financeiro, todo mês tem que ir em busca de notas frias de aproximadamente 700 reais, para que se possa cobrir, e o Diretor, Doutor Francisco Moraes ser reembolsado dessas notas.

Na última operação-praia, o Diretor do Instituto Médico Legal - de acordo com este fax enviado a Ouvidoria - recebeu diárias sem trabalhar, e para isso foram escalados dois médicos por mês, para trabalhar na operação-praia: no mês de dezembro, Doutor Miranda, em janeiro de 97, Doutora Marilda e em fevereiro de 97, Doutor Jorge Yasbik, do interior, mais precisamente de Jacarezinho. Neste sentido, esta Casa aprovou um pedido de informações nosso, solicitando esclarecimentos sobre as diárias pagas na operação-praia, que esperamos a resposta em breve, para conferir, porque a outra diária, de acordo com estes funcionários, saiu em nome do Doutor Brasília, que depois repassava para o Doutor Francisco Moraes as verbas, em separado, ou seja, por debaixo do pano.

Recentemente, no mês de março, foi autorizada uma viagem do Doutor Francisco para São Paulo, com diárias pagas. De acordo com estes servidores, o Doutor Francisco não viajou, obteve as notas frias e teve ressarcidas as despesas de diárias de viagem que não foi feita.

Neste sentido, estamos apresentando um pedido de informações hoje, solicitando esclarecimentos e a documentação relativa a esta denúncia dos funcionários. O motorista particular, ou seja, o motorista a serviço do Doutor Francisco, é contratado pela SESFEPAR e usa um carro oficial nas suas atividades, mesmo pessoais.

Há cerca de dois meses atrás, Senhores Deputados, fui procurado por

oito servidores do Instituto Médico Legal, todos eles pedindo sigilo do nome - não sei se são os mesmos que agora mandam fax para a Ouvidoria - todos esses servidores apresentaram queixas no que diz respeito ao Instituto Médico Legal de Campina Grande do Sul, que lá tem um instituto que visa fazer necrópsia e embalsamento. Só que para lá, de acordo com esses servidores, vão aqueles que têm condições de pagar o embalsamento, que é feito gratuitamente no Instituto Médico Legal aqui da Capital e eles citam casos que para lá foram - e quero lembrar aos Senhores Deputados - aqueles chineses que foram encontrados mortos no Porto de Paranaguá, dentro do navio; uma indiana que foi atropelada no dia 02.07.95, no Mossungué, na via rápida, sentido bairro-centro, porque sendo estrangeiros conseguiram cobrar por fora estes embalsamentos, que deveria e que é feito gratuitamente no Instituto Médico Legal de Curitiba.

Essas irregularidades foram citadas para mim, pessoalmente, por servidores do Instituto Médico Legal. Tive no final do ano passado, acesso a um convênio assinado entre a Secretaria de Estado da Segurança Pública e o SESFEPAR, que é o Sindicato dos Estabelecimentos de Serviços Funerários do Estado do Paraná. Senhores Deputados, o objeto deste convênio assinado pela Secretaria, é ordenar, agilizar e facilitar as ações de remoção e autópsia de corpos de vítimas de violência das pessoas que falecem com ou sem assistência médica. Este serviço sempre foi prestado e feito gratuitamente pelo Instituto Médico Legal do Paraná. Dizem que não cobram nada para fazer este serviço e neste convênio não consta realmente valores, mas qual o interesse de uma funerária de trabalhar gratuitamente para o Instituto Médico Legal? Benevolência dos empresários da morte do nosso município?

A segunda cláusula diz que caberá à Secretaria de Estado treinar o pessoal do sindicato. Não houve treinamento de ninguém para atuar dentro do Instituto Médico Legal. E diz o convênio que a SESFEPAR, apesar de não receber nenhum tostão, vai fornecer duas viaturas, fornecer combustível, lubrificantes, pneus, câmaras de ar, enfim, todo o material de consumo das viaturas; fornecer pessoal, dois moto-

ristas, um atendente, um supervisor, um plantão permanente, e fornecer uniformes; ainda proceder adaptações e a reforma necessária no espaço físico do Instituto Médico Legal, restaurar as instalações do necrotérios. Pasmem, Senhores Deputados, as empresas funerárias de Curitiba farão tudo isso gratuitamente, sem cobrar um vintém do Instituto Médico Legal, e provavelmente não estará cobrando, porque a vítima é o familiar daquele que morreu e que para lá foi transladado sem atestado de óbito, porque nenhum empresário vai ficar fazendo atendimento gratuito para a população.

E mais: dizem que agora serão estendidos esses tipos de convênios para outras cidades do interior, como Ponta Grossa, fazendo com que a população daquele município seja vítima, seja escrachado na porta do IML na hora de pagar o enterro, pagar o féretro dos seus familiares. Diz ainda naquele convênio que caberá oferecer e contratar com os familiares dos mortos a prestação de serviço de traslado dos corpos liberados pelo IML, de organização do funeral e sepultamento do mesmo. Quero chamar a atenção que, até ser assinado esse convênio, todas as pessoas que tivessem um familiar ou um amigo vítima, e que fosse levado para o Instituto Médico Legal, o IML sempre teve um serviço de assistência social que recepcionava...

O SR. ÂNGELO VANHONI - Pela Ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Pela Ordem, concedo a palavra ao Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, peço a informação à Assembléia Legislativa, se está adentrando no recinto do Poder Legislativo do Estado do Paraná alguma personalidade importante. Caso isso não esteja acontecendo, gostaria que o senhor fizesse a verificação de quórum, e se não tiver quórum, que o senhor suspenda a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Logo após o ilustre orador terminar a sua palavra e entrarmos na Ordem do Dia, sua pretensão será atendida.

Continua com a palavra o Deputado Doutor Rosinha.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Foi oportuna a questão de ordem levantada pelo companheiro Ângelo Vanhoni.

Encontram-se no Plenário os Deputados Ângelo Vanhoni; Luiz Claudio Romanelli; Nerone; Orlando Pessuti; José Maria Ferreira; Albanor Gomes; Valdir Rossoni; Deputado Annibelli; Deputado Colombo; o Senhor Presidente desta sessão; Deputado Luiz Carlos Martins; Edson Silva Lino e Eduardo Trevisan. Portanto, em qualquer chamada, verificaria que não teria quórum para prosseguimento da sessão, mas como meu pronunciamento é importante, estará registrado nos Anais desta Casa, e a Liderança do Governo está ouvindo, e provavelmente procurará a solução dos problemas que estão enfrentando os funcionários do IML.

E muito mais do que os funcionários do IML, a população que precisa daquele instituto, que vem sendo vítima dos empresários do sistema funerário da nossa cidade com a conivência da Secretaria - conivência não - com a aliança da Secretaria de Estado de Segurança Pública. Todas as viaturas do IML tem como comunicação o SECOM, que é o sistema de rádio e comunicação da Polícia Civil. E dirigindo as viaturas do Instituto Médico Legal estão funcionários do serviço funerário da nossa cidade, da nossa Capital.

Portanto, informações sigilosas da Polícia Civil são ouvidas por pessoas ligadas às empresas. Qualquer verificação de assassinato ou qualquer chamado de investigação por parte das viaturas por parte da Polícia Civil, tem o seu sigilo quebrado pelas empresas funerárias da nossa cidade, porque elas têm acesso a essas informações.

Isso é inconcebível, é imoral, é ilegal que segmentos que não deveriam tomar conhecimento de investigações a obtém através do sistema de rádio da Polícia Civil do nosso Estado.

Sabemos que tal tipo de convênio é imoral, mesmo que seja legal, cuja legalidade solicitamos ao Ministério Público para verificar. Nesse convênio ainda reza em uma de suas cláusulas - a 4ª - que quando a vítima for da Região Metropolitana, só será possível pela supervisão SESFEPAR, ou seja, com

o consentimento dos Sindicatos das funerárias.

Vão querer dizer que esse Deputado não é capaz de provar esta extorsão. E é difícil de se provar, porque ninguém passa recibo de extorsão. Ninguém vai dar o recibo que cobrou por fora partes para fazer o enterro deste ou daquele cidadão. Mas, para se ter uma idéia, o serviço de verificação de óbito no nosso Estado, se formos fazer uma análise estatística, depois de assinado este convênio, aumento em elevado percentual.

O serviço de verificação de óbito, é aquela pessoa que morreu, sem ser vítima da violência, mas que não tem o atestado de óbito, que até recentemente os médicos, quando solicitados, aqueles médicos que atendiam a população, davam. Agora, ao saber de qualquer óbito, com essas características, rapidamente o necrotério, o Instituto Médico Legal se apresenta para receber o corpo. Quando há notícia de atropelamento ou de homicídio, e é veiculado através de sistema de rádio da Polícia Civil, antes da Polícia Civil chegar o IML já está presente, porque os motoristas são das funerárias. Não é outro o interesse, não é o interesse da eficiência, mas é o interesse do lucro.

E, nada melhor para esses que assim agem, de que aproveitar do momento mais triste e duro de qualquer família, que é o momento da morte. E, no desejo de ter o corpo do seu ente querido o mais rápido possível, faz tudo, inclusive pagamento por fora, para que seja liberado imediatamente no Instituto Médico Legal.

Havendo contestação desse meu pronunciamento, gostaria que fosse feito com documento, porque se assim não o for, é necessário que se faça uma Comissão Parlamentar de Inquérito, para saber como está agindo no Instituto Médico Legal. Como se faz a cobrança, e como existe favorecimento, principalmente do Diretor do Instituto Médico Legal, Doutor Francisco Moraes Silva.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Encerrado o Horário do Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

O SR. EMERSON NERONE - Senhor Presidente, gostaria que fosse feita a verificação de quórum, conforme o pedido do Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Perfeitamente.

Convoco o Senhor 1º Secretário para proceder a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Martins) - Procede a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Encerrada a chamada nominal dos Senhores Deputados.

Vinte e nove (29) Senhores Deputados responderam presença, portanto, há número legal para prosseguimento da sessão.

Encerrado o Horário das Lideranças.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 29 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei e autoria do Senhor Deputado Duílio Genari, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 077/96. Veto apostado ao Projeto de Lei nº 174/96, de autoria dos Deputados Irineu Colombo e Eduardo Trevisan, que objetiva tornar obrigatório à qualquer veículo automotor transitar permanentemente com os faróis acesos nas rodovias do território do Estado do Para-

ná. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

Sobre a referida proposição, Requerimento de autoria do Senhor Deputado Irineu Colombo, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 02 (duas) sessões. **Aprovado.**

Fica, portanto, adiada a discussão por 02 (duas) sessões, da Proposição nº 077/96, Veto aposto ao Projeto de Lei nº 174/96.

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 383/96

Curitiba, 16.12.96.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 304/96, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 174/96, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que é "obrigatório, a qualquer veículo automotor em trânsito no território do Estado do Paraná, o uso permanente dos faróis baixos ligados, inclusive durante o período diurno" e que "no período diurno, é facultado o uso de faróis baixos ligados ao veículos que transitarem no perímetro urbano, com exceção de ônibus intermunicipais, motocicletas e aos que trafegam em rodovia estadual.

A negativa de sanção ao projeto de lei em referência decorre de sua total e flagrante inconstitucionalidade, porque fere o preceito contido no artigo 22, inciso XI, da Carta Magna Federal, segundo o qual a competência para legislar sobre o trânsito e transporte é privativa da União.

Inobstante a inconstitucionalidade apontada, vale destacar o fato de várias manifestações de órgãos estaduais e de técnicos e setores não integrantes do serviço público, terem demonstrado inúmeros aspectos que não recomendam a adoção da preconizada medida.

Adoto, como razões fundamentais do veto ora aposto, o bem lançado e circunstanciado parecer emitido pela Procuradoria-Geral do Estado, cuja

parte conclusiva, segue abaixo transcrita:

... "A Constituição Federal de 1988, em seu Título III, Capítulo II, artigo 22, inciso XI prescreve que 'Compete privativamente à União legislar sobre trânsito e transporte'. Por esse dispositivo só a União tem competência para a disciplina de trânsito."

Se buscarmos na Constituição do Estado do Paraná a competência do Estado na matéria em apreço, encontramos no Capítulo I, Seção II, o artigo 12, inciso XII a seguinte disposição:

"É competência do Estado, em comum com a União e os Municípios:

XII - estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito."

O dispositivo em questão encontra correspondente no artigo 23, inciso XII da Constituição Federal.

Confrontando os dispositivos da Constituição Federal e Estadual (art. 22, inc. XI e art. 12, inc. XII, respectivamente), vê-se que disciplinam matérias e fixam competências diferentes.

O inciso XI do artigo 22 da Constituição Federal trata da competência privativa da União para legislar sobre trânsito, o inciso XII do artigo 12 da Constituição Estadual e o seu correspondente artigo 23 da Constituição Federal tratam da competência comum do Estado, com a União e os Municípios para estabelecer e implantar política de educação para segurança do trânsito.

No que tange à "competência", trazemos a lição do mestre JOSÉ AFONSO DA SILVA que diz:

"Competência é a faculdade juridicamente atribuída a uma entidade, ou a um órgão ou agente do Poder Público para emitir decisões. Competências são as diversas modalidades de poder de que se servem os órgãos ou entidades estatais para realizar as suas funções." (José Afonso da Silva, Curso de Direito Constitucional Positivo, 7ª ed., 1991, RT, pg. 413).

O mesmo autor classifica a "competência" em dois grandes grupos com suas subclasses: I - competência material, que pode ser: a) exclusiva (art. 21); e b) comum cumulativa ou paralela (art. 23); II - competência legislativa, que pode ser: a) exclusi-

va (art. 25, §§ 1º e 2º); b) privativa (art. 22); c) concorrente (art. 24); d) suplementar (art. 24, § 2º).

Por esta classificação verifica-se que é competência legislativa privativa da união a disciplina de trânsito, ao passo que a disciplina "política de educação para a segurança no trânsito" é competência material comum entre as entidades da Federação. Não se deve, pois, confundi-las.

A competência legislativa concorrente entre as entidades da Federação (exceto dos Municípios que não possuem de modo algum) vem prevista nos incisos do artigo 24 da Constituição Federal. Esse artigo, todavia, não traz nenhum dispositivo que autorize o Estado ou o Distrito Federal a legislar concorrentemente sobre "trânsito".

A Constituição Federal autoriza os Estados e Municípios em comum com a União a "estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito", mas tal previsão constitucional não tem o condão de autorizar o Estado a invadir a esfera de competência privativa da União.

Detecta-se, destarte, que o referido projeto de lei ofende a Carta Magna, uma vez que nele está inserta a disciplina "trânsito", matéria, reiteramos, da competência legislativa privativa da União. Dessa forma, configura-se a "inconstitucionalidade formal" assim conceituada pela doutrina para apontar a usurpação de competência ou de iniciativa.

No mérito, é indiscutível que o uso permanente dos faróis baixos em veículos automotores é medida salutar e recomendável diante da realidade caótica em que se encontra o trânsito, não somente neste Estado, mas em todo território nacional. Assim, nem se questiona a medida no seu mérito. Entretanto, à luz do ordenamento constitucional brasileiro, cabe à União, que detém competência legislativa sobre trânsito, adotar medida nesse sentido.

Ressalta-se, ainda, que a medida prevista no projeto de lei em questão, não atende ao princípio da razoabilidade das leis para os condutores de veículos automotores haverá um transtorno despropositado quando trafegarem por mais de um Estado, pois estarão obrigados, independente do tipo de veículo automotor, a usar os faróis acesos permanentemente num Estado e em

Curitiba, terça, em 03.06.97

outro não. Daí a necessidade da matéria ser regulada pela União para uniformizar e obrigar a medida em todo o território nacional.

CONCLUSÃO

Ante o exposto, concluímos que o Projeto de Lei nº 174/96 é inconstitucional em face da Constituição Federal.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) EMILIA BELINATI
Governadora do Estado,
em exercício

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO VETO Nº 77/96

P A R E C E R:

A presente proposição veto, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo vetar o Projeto de Lei nº 174/96, dos Senhores Deputados Irineu Colombo e Eduardo Trevisan, que objetivam tornar obrigatório a qualquer veículo automotor, transitar permanentemente com os faróis acesos nas rodovias do território do Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação ao aspecto legal, regimental e constitucional, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Sendo assim, somos de parecer favorável ao seu encaminhamento à Plenário.

Sala das Sessões, em 15.04.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
GERALDO CARTÁRIO - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 569/96, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais da Escola Passos Firmes, com sede e foro em Matelândia. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 569/96

REDAÇÃO FINAL

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais da Escola Passos Firmes, com sede e foro no Município de Matelândia.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14.05.97.

(aa) CÉSAR SELEME - Presidente
WALMOR TRENTINI - Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 093/97, que declara de Utilidade Pública a Associação das Voluntárias de Caridade de Rolândia, Estado do Paraná. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 093/97

REDAÇÃO FINAL

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação das Voluntárias de Caridade de Rolândia, com sede e foro no Município de Rolândia.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14.05.97.

(aa) CÉSAR SELEME - Presidente
WALMOR TRENTINI - Relator

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 011/96, que autoriza a realização de plebiscito, na área de terras que especifica, para a sua incorporação ao Município de Diamante do Sul. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 011/96

REDAÇÃO FINAL

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito, na área de terras da localidade de Monte Belo e Rio da Tigra, do Município de Nova Laranjeiras, para que a população decida sobre a sua incorporação ao Município de Diamante do Sul, com a seguinte descrição:

"Inicia na Foz do Rio Cascudo no Rio Piquiri, sobe por este até a foz do Córrego Paris Velho, sobe por este até sua cabeceira, deste ponto segue na direção geral Oeste, por uma estrada secundária, até encontrar a estrada municipal, segue por este na direção geral Sul até a cabeceira do Rio da Tigra, desce por este até encontrar uma outra estrada secundária, segue por esta até a cabeceira de um afluente à margem direita do Rio Banana, desce por este até a sua foz no Rio Cascudo, desce por este até a sua foz no Rio Piquiri."

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27.05.97.

(aa) CÉSAR SELEME - Presidente
WALMOR TRENTINI - Relator

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 089/97, de autoria do Deputado César Seleme, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores de Barreirinha - ABEMPAR, com sede e foro nesta Capital. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 120/97, de autoria do Deputado Edno Guimarães, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores da Sagrada Família, com sede e foro no Município de Cianorte. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. Aprovado o projeto, artigo por artigo. Emenda: aprovada e incorporada ao projeto.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 142/97, de autoria do Deputado Élio Lino Rusch, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Espírita Luz e Amor Maior, com sede e foro na Cidade e Comarca de Corbélia. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. Aprovado o projeto, artigo por artigo. Emenda: aprovada e incorporada ao projeto.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 157/97, de autoria do Deputado Reny

Borsato, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Desenvolvimento e Apoio à Criança - ADAC, com sede e foro à Rua Desembargador Benvenuto Valente, 130, nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Emenda: aprovada e incorporada ao projeto.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 175/97, de autoria do Deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública Estadual a Creche Lions Ledi Maas, com sede e foro na Cidade de Toledo. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 011/97, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas da Assistência Social dos Senhores Deputados, relativa ao exercício de 1996. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. **Aprovado o Projeto, com voto contrário do Deputado Doutor Rosinha.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 011/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica aprovada a prestação de contas da Assistência Social dos Senhores Deputados, conforme Resolução nº 55/83, relativa ao exercício financeiro de 1996.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13.05.97.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente
WALMOR TRENTINI - Relator

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PROPOSIÇÃO Nº 08/97

P A R E C E R:

Encaminhada à esta Comissão a proposição em tela, prestando contas da Dotação de Subvenção Social dos Senhores Deputados, referente ao exercício financeiro de 1996, Regulamentada pela Resolução nº 55 de 03 de outubro de 1983.

Analisando o relatório da aplicação da supracitada dotação e demais

peças anexas à ele, constatamos que o todo se encontra de conformidade com a legislação vigente, não restando dúvidas quando à exatidão das contas prestadas.

Assim sendo, pelo acima exposto, entende este relator em aprovar a presente proposição.

É o parecer favorável.

Sala das Comissões, em 13.05.97.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente
WALMOR TRENTINI - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 012/97, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas da Subvenção Social dos Senhores Deputados, exercício de 1996. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 012/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica aprovada a prestação de contas da Subvenção Social dos Senhores Deputados, conforme Resolução nº 15/92, relativa ao exercício financeiro de 1996.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13.05.97.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente
BETO RICHIA - Relator

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PROPOSIÇÃO Nº 07/97

P A R E C E R:

Encaminhada à esta Comissão a proposição em tela, que relata o movimento de créditos para atender despesas dos Senhores Deputados, relativos ao exercício financeiro de 1996, Regulamentada pela Resolução nº 15 de 19 de junho de 1992.

Analisando o relatório do movimento relativo aos créditos para atender despesas e demais peças à ele anexadas, constatamos que o todo encontra-se de conformidade com a legislação ora vigente, não restando dúvidas quando à exatidão das contas prestadas.

Assim sendo, pelo acima exposto, entende este relator em aprovar a presente proposição.

É o parecer favorável.

Sala das Comissões, em 13.05.97.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente
BETO RICHA - Relator

Aprovado o projeto, com voto contrário do Deputado Doutor Rosinha.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -
Sobre a mesa, Requerimento nº 1176, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente de sessão anterior. **Em votação.**

O SR. DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem) - Em acordo com o Deputado Caíto Quintana - esse Requerimento foi assinado por mim - mas é o meu desejo e do Deputado Ângelo Vanhoni retirarmos ele e o reapresentarmos na próxima semana, conforme acordo feito com o Deputado Caíto Quintana.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -
Retirado pelo autor do Requerimento.

Requerimento nº 1203, de autoria do Senhor Deputado Joel Coimbra, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1204 e 1205, de autoria do Senhor Deputado Antonio Annibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1206, de autoria dos Senhores Deputados Renato Adur e Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1207 e 1208, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1211 e 1212, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1213, de autoria do Senhor Deputado Ademar Traiano, constante de expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1215, de autoria do Senhor Deputado Duílio Genari, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1216, de autoria do Senhor Deputado Beto Richa, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1217 a 1233, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1234, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1236 e 1242, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constantes do expediente. **Em votação.**

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -
Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimentos nºs 1237 e 1238, de autoria dos Senhores Deputados Péricles Mello, Irineu Colombo, Emerson Nerone e demais Senhores Deputados, constantes do expediente. **Em votação.**

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -
Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155 do Regimento Interno.

Requerimento nº 1239, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1240, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1241, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1180, de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente de sessão anterior. **Em votação.**

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 04, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nº 05, 07 e 123/97.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 120, 142 e 157/97.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução nº 011 e 012/97.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 208/97 e do Projeto de Resolução nº 05/96.

Marco ainda uma Sessão Solene comemorativa aos 51 anos da República Italiana, para quarta-feira, dia 04, às 16:30 horas.

Levanta-se a sessão.